



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

**EDITAL CE 002/2026**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026**

O MUNICÍPIO DE PARIPIRANGA/BA TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE A PREFEITURA MUNICIPAL, REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE **CONCORRÊNCIA**, NA FORMA **ELETRÔNICA**, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133/2021; DA IN SEGES/ME 73/2022; DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, E DAS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.

Processo Administrativo nº: 065/2026

Data/Horário da sessão: 15/05/2026 as 9h  
Início de recebimento das propostas: 28/04/2026 a partir da publicação  
Fim de recebimento de propostas: 15/05/2026 até 8hs59min  
Local: LICITANET - licitações on-line [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)  
Critério de Julgamento: Menor valor global  
Modo de disputa: Aberto  
Forma/Regime de Execução: Indireta/Empreitada por preço unitário

## **1. DO OBJETO.**

**1.1.** O objeto da presente licitação é a **Construção de Praças Públicas na sede do Município de Paripiranga/BA**, conforme definido nos elementos técnicos constantes dos anexos e do TR/Projeto Básico.

**1.2.** O critério de julgamento adotado será o menor preço global, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas às exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## **2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**2.1.** As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária, na classificação abaixo:

**Unidade:** 30100 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
**Projeto/Atividade:** 1004 - CONSTRUÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS  
**Elemento:** 4490510000 - OBRAS E INSTALAÇÕES  
**Código Reduzido:** 1004511500  
**Fonte de Recursos:** 1500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

**Unidade:** 30100 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
**Projeto/Atividade:** 1004 - CONSTRUÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS  
**Elemento:** 4490510000 - OBRAS E INSTALAÇÕES



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

**Código Reduzido:** 1004511700

**Fonte de Recursos:** 1700 – OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO

### **3. DO CREDENCIAMENTO.**

**3.1.** O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no sistema eletrônico da **LICITANET** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA CONCORRÊNCIA, em sua FORMA ELETRÔNICA. O cadastro deverá ser feito no sistema eletrônico da **LICITANET**, no sítio [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

**3.2.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

**3.3.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.4.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.5.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.6.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na LICITANET – [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.6.1.** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

### **4. DA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA**

**4.1.** Poderão participar desta licitação quaisquer interessados(as) que atendam às exigências e condições devidamente estabelecidas por este Edital e que explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação.

**4.2.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

**4.3. Não poderão participar:**

- a) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- c) Empresas que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
- d) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar de licitações em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei N.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- g) Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- h) Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei N.º 14.133/2021.
- i) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nesta condição;
- j) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, quando for o caso;
- k) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**4.3.1 O impedimento de que trata o item “d” será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante (art. 14, § 1º da Lei N.º 14.133/21).**

**4.3.2** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas “j” e “k”, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**4.3.3** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**4.3.4** O disposto nas alíneas “j” e “k” não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**4.3.5** A vedação de que trata a alínea h estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**4.3.6** A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei N.º 14.133/2021.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.**

**5.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta de preço inicial acompanhada dos documentos constantes no Item 9 do Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

**5.1.1.** Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante classificado em primeiro lugar;

**5.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**5.3.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.

**5.4.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**5.5.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

**5.6.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Agente de Contratação e para acesso **público** após o encerramento do envio de lances.

## **6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.**

**6.1.** O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**6.1.1.** Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional;

**6.1.2.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Projeto Básico, indicando-se, entre outras, as seguintes informações:

**6.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

**6.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital. **NA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DEVERÁ AINDA SER OBSERVADA A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, PRINCIPALMENTE O DECRETO MUNICIPAL 041/2025.**

- 6.4.** A proposta apresentada deverá contemplar o valor total dos custos da contratação, inclusive aqueles estimados para as ocorrências de fatos geradores.
- 6.5.** A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:
  - 6.5.1.** Cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;
  - 6.5.2.** Cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.
- 6.6.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao Agente de Contratação ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.
- 6.7.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.8.** Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.
- 6.9.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.10.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.11.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) DIAS, a contar da data de sua apresentação.
- 6.12.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;
- 6.13.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos órgãos de controle e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 7.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2.** O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021 e Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73, DE 30/09/2022.
- 7.2.1.** No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração;
- 7.2.2.** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 7.2.3.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.2.4.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.
- 7.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5.1.** O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.
- 7.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8.** Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.9.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.10.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

- 7.12.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.13.** Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Agente de Contratação.
- 7.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 7.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.16.** No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Agente de Contratação aos participantes do certame, publicada no sistema eletrônico da LICITANET - [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.19.** O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.
- 7.20.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.21.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.22.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.23.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.24.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

desempate, nesta ordem:

- 7.24.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
  - 7.24.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;
  - 7.24.3.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
  - 7.24.4.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
- 7.25.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.25.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
  - 7.25.2.** Empresas brasileiras;
  - 7.25.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - 7.25.4.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.
- 7.26.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 7.26.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
  - 7.26.2.** O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogáveis por mais 02 (duas) horas envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.27.** Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA GARANTIA DE PROPOSTA COMO REQUISITO DE PRÉ-HABILITAÇÃO**

**8.1** Em caso de solicitação no Termo de Referência ou Projeto Básico a garantia de proposta deverá ser apresentada como requisito de pré-habilitação conforme os itens 8.2 e 8.3, observando ainda os demais requisitos apresentados no TR/PB.

**8.2** Assim, no momento da apresentação DA PROPOSTA serão exigidas a PRESTAÇÃO de GARANTIA na forma do artigo 58 da Lei nº 14.133/2021 como requisito de PRÉ-HABILITAÇÃO, no patamar de 1,0% (um por cento) do valor estimado da contratação.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

**8.3** Conforme o art. 58 § 4º L14133, a garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 L14133.

## **9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

**9.1.** Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital, em seus anexos e conforme Projeto Básico.

**9.2.** A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital e seu Projeto Básico.

**9.3.** A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

**9.4.** Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

**9.5.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

**9.5.1.** Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**9.6.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

**9.7.** Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

**9.8.** É vedado à proponente incluir na Planilha de Custos e Formação de Preços:

**9.8.1.** Item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade;

**9.8.2.** Item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos,



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública;

- 9.8.3.** Rubricas que prevejam o custeio de despesas com treinamento, reciclagem e capacitação ou congêneres, pois tais parcelas já são cobertas pelas despesas administrativas (Acórdão TCU nº 2.746/2015 - Plenário);
- 9.8.4.** Rubrica denominada “reserva técnica”, exceto se houver justificativa, na proposta, que indique, claramente e por meio de memória de cálculo, o que está sendo custeado, de modo a haver a comprovação da não cobertura do valor, direta ou indiretamente, por outra rubrica da planilha (Acórdãos TCU nº 2.746/2015 – Plenário, nº 64/2010 - 2ª Câmara e nº 953/2016 - Plenário);
- 9.8.5.** Rubrica para pagamento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL (Súmula TCU nº 254/2010);
- 9.8.6.** Rubrica denominada “verba” ou “verba provisional”, pois o item não está vinculado a qualquer contraprestação mensurável (Acórdãos TCU nº 1.949/2007 – Plenário e nº 6.439/2011 – 1ª Câmara).
- 9.9.** A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do licitante, devendo o Agente de Contratação determinar que os respectivos custos sejam excluídos da Planilha.
- 9.10.** Na hipótese de contratação com a previsão de itens de custos vedados, tais valores serão glosados e os itens serão excluídos da Planilha, garantidas ampla defesa e contraditório.
- 9.11.** Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
- 9.12.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Agente de Contratação, desde que não haja majoração do preço.
- 9.12.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 9.12.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 9.12.3.** O Agente de Contratação deverá verificar se a proposta apresenta o valor total dos custos da contratação, inclusive aqueles estimados para as ocorrências de fatos geradores.
- 9.13.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 9.14.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas de antecedência**, e



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

a ocorrência será registrada em ata;

**9.15.** O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

**9.15.1.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Agente de Contratação.

**9.16.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**9.17.** Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

**9.18.** O Agente de Contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**9.18.1.** Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**9.18.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**9.19.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de Contratação passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**9.20.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação solicitará e verificará a habilitação apenas do licitante vencedor, observado o disposto neste Edital.

## **10. DA HABILITAÇÃO**

**10.1.** COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O AGENTE DE CONTRATAÇÃO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS no sistema eletrônico da LICITANET - [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) E AINDA NOS SEGUINTE CADASTROS:

**10.1.1.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP ([www.portaldatransparencia.gov.br/](http://www.portaldatransparencia.gov.br/));

**10.1.2.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

**10.1.3.** Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

**10.1.4.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**10.1.5.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**10.1.6.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**10.1.7.** O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

**10.1.8.** Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**10.1.9.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**10.2.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio no sistema eletrônico da LICITANET - [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica-financeira e habilitação técnica.

**10.2.1.** É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes no sistema eletrônico da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

**10.2.2.** O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Agente de Contratação lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

**10.3.** Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

**10.4.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas sob pena de inabilitação.

**10.5.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

**10.6.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**10.7.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**10.7.1.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**10.8.** O(s) licitante(s) deverá(ão) encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação

## **11. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**11.1. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**11.2. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**11.3. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**11.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**11.5. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**11.6. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**11.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

**11.8. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o **art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971**.

**11.9.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **12. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**12.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

**12.2.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**12.3.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**12.4.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**12.5.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

**12.6.** Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

**12.7.** Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

**12.8.** Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

## **13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA SERÁ COMPROVADA MEDIANTE:**

**13.1.** Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (Inc. VI, do Art. 67, da Lei Federal Nº 14.133/2021).

**13.2.** Registro ou inscrição da empresa licitante e do(s) responsável técnico(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, do domicílio ou sede da licitante (art. 67, incisos I e V, da Lei Federal nº 14.133/21), e visto no CREA ou CAU para licitantes com sede fora do estado para estado para fins de assinatura do contrato;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

**13.2.1. Com relação ao Vínculo Empregatício para com o profissional indicado, deverá apresentar** comprovação de vínculo empregatício de cada profissional técnico que participará da condução dos serviços contratados.

- A comprovação do vínculo empregatício do(s) profissional(ais) será feita mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho, da Ficha de Registro de Empregados (FRE) ou contrato de prestação de serviços dentro da legislação civil comum, que demonstrem a identificação do(s) profissional(ais) ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado desde que acompanhada da anuência deste;
- Os profissionais indicados deverão participar da execução dos serviços até a conclusão final do contrato, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, em condições idênticas de disponibilidade e dedicação aos trabalhos, desde que aprovada pela Fiscalização a comprovação de qualificação técnica exigida neste item;
- Não será permitido apresentar comprovação de vínculo de um mesmo profissional em mais de uma licitante, sob pena de inabilitação de ambas.

**13.3.** Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

- Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- Certidões ou atestados, em nome da licitante, devidamente registrados no CREA ou CAU, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior (art. 67, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21).
- **Capacidade operacional (pessoa jurídica):** atestado (s) de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando a experiência da empresa licitante em atividades compatíveis com o objeto licitado, devendo conter no mínimo o percentual de 30%. **(admitindo-se a soma de atestados).**

**13.4.** A relação da equipe técnica deverá indicar a qualificação profissional de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, com comprovação de que a licitante possui em seu quadro, na data prevista para entrega da proposta, pelo menos 01 (um) Engenheiro Civil ou 01 (um) Arquiteto e de 01 (um) Engenheiro de Segurança ou 01 (um)



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

Técnico de Segurança, devidamente reconhecido pela entidade profissional competente, para atuar como responsável técnico de suas respectivas áreas.

**13.5.** Deverão ser observadas as seguintes informações básicas na apresentação da (s) certidão (ões) e/ou atestado (s):

- Nome do contratado e do contratante;
- Nome da empresa que prestou (s) o(s) serviço(s);
- CNPJ e endereço completo do emitente;
- Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza da obra)
- Descrição do produto fornecido ou serviço prestado;
- Serviços executados e quantitativos.
- Data de emissão;
- Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

**13.6.** Terá que ser comprovada a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos, com o objeto da licitação, através de Atestado (s) fornecido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, devidamente registrados na entidade profissional competente, acompanhado (s) da respectiva Certidão (ões) de Acervo Técnico – CAT;

**13.7.** Capacidade técnica profissional de seu(s) responsável(s) técnico(s) e ou;

**13.8.** Capacidade técnica operacional da empresa licitante,

**13.9.** Comprovando as parcelas de maior relevância técnica dos serviços, referentes a:

NOME DA COMPOSIÇÃO	UND	QUANTIDADE TOTAL	QAUNTIDADE EXIGIDA 30%
MEIO-FIO PRÉ MOLDADO DE CONCRETO SIMPLES (0,12 X 0,30 X 1,00M), REJUNTADO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA NO TRAÇO 1:3.	M	365,07	109,52
EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 8 CM.	M2	441,29	132,38

AF\_10/2022

Essas estimativas permitem à Administração dimensionar adequadamente os recursos necessários, garantindo previsibilidade técnica e econômica para a execução das obras, de forma a assegurar eficiência, legalidade e continuidade dos serviços prestados à comunidade.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

A comprovação será feita por meio de apresentação de no **mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica** em nome da licitante ou emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com a identificação do declarante e de sua habilitação perante o Sistema CONFEA/CREA/CAU. **e/ou por atestado de capacidade técnica profissional devidamente registrado no CREA da região onde os serviços foram executados e/ou executando, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por esses Conselhos, que comprovem que o responsável técnico (Engenheiro Civil e/ou Arquiteto) indicado pela licitante tenham executados e/ou executando obras/serviços de características técnicas similares as do objeto da presente licitação.**

**13.10. Qualificação Técnico-Profissional**

**13.10.1. Certificado de registro (pessoa física):** comprovar registro no Conselho de Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU de todos os profissionais técnicos que participarão na condução dos serviços contratados, devendo constar no mínimo um Engenheiro Civil ou Arquiteto.

**13.10.2.** Os atestados de capacidade técnica devem ser limitados a um **percentual máximo de 50%** da quantidade a ser contratada, levando em consideração também as parcelas de maior relevância, conforme disposto no art. 67, §2º, da Lei n.º 14.133/2021. Portanto, o percentual mínimo de 30% está dentro dos parâmetros da Lei 14.133/2021.

**13.10.3. CAT, expedida(s) por esses Conselhos (CONFEA/CREA/CAU), que comprovem que o responsável técnico (Engenheiro Civil e/ou Arquiteto) indicado pela licitante tenham executados e/ou executando obras/serviços de características técnicas similares as do objeto da presente licitação.**

**14. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA**

**14.1.** Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante (art. 69, inciso II, Lei N.º 14.133/2021), expedida a menos de 30 (trinta) dias contados da data da sua apresentação sobre pena da inabilitação.

**14.2.** Para comprovação da QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA, a licitante deverá apresentar o balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

**14.3.** As licitantes que iniciaram as suas atividades no presente exercício deverão apresentar, também, o BALANÇO DE ABERTURA, na forma da lei;

**14.4.** Serão considerados aceitos na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

- Sociedades regidas pela Lei Federal n.º. 6.404/76 (Sociedade Anônima):
- Publicados em Diário Oficial; ou
- Publicados em jornal de grande circulação; ou



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- 14.4.1. Sociedades por cotas de responsabilidade limitada (Sociedade Ltda.): Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.
- 14.4.2. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/06 (Lei Geral das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte): Por fotocópia (do balanço e demonstrações contábeis) registrada ou autenticada na Junta comercial da sede ou domicílio da licitante;
- 14.4.3. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis, deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
- 14.4.4. A comprovação de habilitação e regularidade do profissional junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC, se dará através da apresentação de documento (certidão ou congênere) expedida à época da emissão do Balanço Patrimonial;
- 14.4.5. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias anteriores à data da abertura desta licitação, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;
- 14.4.6. Comprovação da boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de índices de, Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações dos balanços apresentados pela empresa, já exigíveis na forma da lei, sendo admitido para qualificação apenas resultado igual ou maior que 1,0 (um) em relação a SG e LC e, resultado igual ou menor que 1,0 (um) em relação ao endividamento geral (EG):
  - $SG = AT / (PC + PNC) \geq 1,0$
  - $ILC = AC / PC \geq 1,0$
  - $IEG = (PC + PNC) / AT \leq 1,0$
  - Onde:
  - AC = Ativo Circulante
  - PC = Passivo Circulante
  - PNC = Passivo Não Circulante
  - SG = Solvência Geral
  - AT = Ativo Total
  - ILC = Índice de Liquidez Corrente
  - IEG = Índice de Endividamento Geral
- 14.4.7. O Índice de Liquidez Corrente (ILC) indica quanto a empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis a curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo;
- 14.4.8. O Índice de Liquidez Geral (ILG) indica quanto a empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período;

- 14.4.9. O Índice de Endividamento Total (ET), expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes;
- 14.4.10. Os índices adotados são usuais para as licitações com a mesma característica do objeto licitado e definem que a situação econômico-financeira da empresa se encontra equilibrada, visto que, Índices de Liquidez Corrente e Geral, menor que 1,00 e de Endividamento Total, maior que 1,00 indica situação deficitária da empresa.
- 14.4.11. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 14.4.12. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 14.4.13. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **15. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

- 15.1.** A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo máximo de 02 (duas) horas, prorrogáveis por mais 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Agente de Contratação no sistema eletrônico e deverá:
- 15.2.** Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;
- 15.3.** Apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este Edital;
- 15.4.** Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 15.5.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 15.6.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- 15.7.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.
- 15.8.** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 15.9.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

**15.10.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital, seu Projeto Básico e demais Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

**15.11.** As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## **16. DOS RECURSOS**

**16.1.** Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

**16.2.** O recorrente terá, a partir de então, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses

**16.3.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**16.4.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **17. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.**

**17.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**17.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**17.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**17.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**17.2.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**17.2.2.** A convocação feita por meio do sistema eletrônico da LICITANET - [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.**

**18.1.** Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

Superior adjudicará e homologará a licitação.

**19. DA EXECUÇÃO DAS OBRAS.**

19.1. Conforme regras constantes no Projeto Básico.

**20. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

**20.1.** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

**20.2.** O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**20.2.1.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

**20.2.2.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

**20.3.** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

**20.3.1.** Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

**20.3.2.** A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

**20.3.3.** A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**20.4.** O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Projeto Básico.

**20.5.** Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**20.6.** Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

**20.6.1.** Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

**20.7.** Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

## **21. PRAZOS DE EXECUÇÃO, DE VIGÊNCIA E ÍNDICES**

- 21.1.** O prazo de execução e de vigência estão previstos no projeto básico.
- 21.2.** O índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, está previsto no projeto básico e na minuta do contrato.

## **22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

- 22.1.** Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, da proposta e, especialmente, deste Termo de Referência;
- 22.2.** Assegurar o livre acesso da contratada a todos os locais onde se fizeram necessários os serviços;
- 22.3.** Autorizar previamente a realização de qualquer serviço pela contratada, mediante apresentação pela contratada de proposta/orçamento;
- 22.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;
- 22.5.** Advertir e penalizar o contratado pela não execução de suas obrigações de acordo com o previsto no procedimento licitatório;
- 22.6.** Efetuar o pagamento a contratada;
- 22.7.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;
- 22.8.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 22.9.** Aplicar à contratada as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis;

### **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 22.10.** Prestar os serviços de acordo com as condições e prazos aqui estabelecidos;
- 22.11.** Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
- 22.12.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 22.13.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Administração;
- 22.14.** Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

prestação dos serviços;

**22.15.** Não permitir a utilização do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do art. 7º, XXXIII da Constituição Federal;

**22.16.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Projeto Básico ou na minuta de contrato;

**22.17.** Indicar, logo após a assinatura do contrato e sempre que ocorrer alteração, um funcionário com plenos poderes para representá-la, assim como para decidir acerca de questões relativas ao contrato, bem como para atender aos chamados do gestor e do fiscal de contrato do Município, principalmente em situações de urgência, com base em contato feito por meio de telefonia móvel ou outro meio igualmente eficaz;

**22.18.** Fornecer números telefônicos, e-mail e/ou outros meios igualmente eficazes para contato do gestor/fiscal de contrato do Município com a Contratada, ainda que fora do horário normal de expediente, sem que isso gere qualquer custo adicional;

**22.19.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

**22.20.** Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

**22.21.** Responsabilizar-se por seus empregados em decorrência dos serviços prestados, respondendo inclusive pela imediata indenização de danos por eles eventualmente causados;

**22.22.** Responder integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Administração Pública Municipal em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

## **23. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E FISCALIZAÇÃO.**

**23.1.** O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da Contratada;

**23.2.** A contratada deverá manter a regularidade fiscal e trabalhista exigida durante a vigência do contrato;

**23.3.** Constatada situação de irregularidade das condições de habilitação, a Contratada será notificada, sem prejuízo do pagamento pelos serviços já prestados, para, num prazo exequível, fixado pela Contratante, regularizar a situação, ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, sob pena de rescisão contratual;

**23.4.** Quanto ao ISSQN, será observado o disposto na LC nº 116/2003 e legislação municipal aplicável.

**23.5.** A fiscalização poderá a qualquer momento, solicitar acompanhamento de execução de ensaio de confirmação de resultados considerados insatisfatórios.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

## **24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

- 24.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- 24.2.** Der causa à inexecução parcial do contrato;
- 24.3.** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 24.4.** Der causa à inexecução total do contrato;
- 24.5.** Deixar de entregar a documentação exigida;
- 24.6.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 24.7.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 24.8.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 24.9.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 24.10.** Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 24.11.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 24.12.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- 24.13.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 24.14.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- 24.15.** Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 24.16.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 24.17.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem 11.1 deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;
- 24.18.** Multa moratória de até 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 24.19.** O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 24.20.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante;
- 24.21.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

## **25. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.**

- 25.1.** Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

- 25.2.** A IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA na LICITANET - [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).
- 25.3.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sistema eletrônico da LICITANET - [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 25.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amoldarem ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.
- 25.5.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.
- 25.6.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.
- 25.7.** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio da LICITANET - [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.
- 25.8.** A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

## **26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 26.1.** Da sessão pública da Concorrência divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 26.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.
- 26.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 26.4.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 26.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 26.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 26.7.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

- 26.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 26.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 26.10.** O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 26.11.** A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 26.12.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 26.13.** Esta Concorrência poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.
- 26.14.** A anulação da Concorrência induz à do contrato.
- 26.15.** A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.
- 26.16.** É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase desta Concorrência, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.
- 26.17.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) e <https://www.paripiranga.ba.gov.br/site/editais> também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Sala de Licitações nos dias úteis, no horário das 8h às 14h, no mesmo endereço e período em que os autos do processo administrativo permanecerão com acesso e vista franqueada aos interessados.
- 26.18.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- **ANEXO I:** Modelo de Proposta de Preços;
  - **ANEXO II:** Modelo de declaração única;
  - **ANEXO III:** Minuta do contrato;
  - **ANEXO IV:** Projeto Básico;
  - **ANEXO V, V-A; V-B; V-C; V-D; V-E; V-F; V-G; V-H:**  
Planilha Orçamentária; Cronograma Físico-Financeiro; Cronograma Previsto PLE; Quadro de Composição do BDI; QCI – Quadro de Composição do Investimento; PLQ – Planilha de levantamento de Quantidades; ART; Memorial Descritivo; Projetos e Plantas.
  - **ANEXO VI:** Dados para Assinatura do Contrato



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

Paripiranga-BA, 27 de abril de 2026.

**Hortência Virginia Lima Santana Rosario**  
**Responsável pela elaboração do edital**

**Maria Andreza Santana Almeida**  
**Responsável pela elaboração do edital**



**ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA  
SETOR DE PLANEJAMENTO**

**ANEXO I – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 065/2026**

SESSÃO PÚBLICA: [...] / [...] / [...] ÀS [...]h.

LOCAL: LICITANET (www.licitanet.com.br)

**IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE**

<b>NOME DE FANTASIA:</b>						
<b>RAZÃO SOCIAL:</b>						
<b>CNPJ:</b>						
<b>INSC. EST.:</b>						
<b>OPTANTE PELO SIMPLES? SIM ( ) NÃO ( )</b>						
<b>ENDEREÇO:</b>						
<b>BAIRRO:</b>			<b>CIDADE:</b>			
<b>CEP:</b>			<b>E-MAIL:</b>			
<b>TELEFONE:</b>			<b>FAX:</b>			
<b>CONTATO DA LICITANTE:</b>			<b>TELEFONE:</b>			
<b>BANCO DA LICITANTE:</b>			<b>CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:</b>			
<b>Nº DA AGÊNCIA:</b>						
<b>ITENS</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>MARCA</b>	<b>QUANT.</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>VALOR UNITÁRIO R\$</b>	<b>VALOR TOTAL R\$</b>
1.						
<b>TOTAL POR EXTENSO:</b>						
<b>Percentuais de Insumos</b>		[...] %	<b>R\$ [...]</b>			
<b>Percentuais de Mão de Obra</b>		[...] %	<b>R\$ [...]</b>			

A Empresa:

Declara que:

- 1** Estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão de obra e, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.
- 2** Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.
- 3** Prazo de início de fornecimento/execução dos serviços de acordo com o estabelecido no termo de referência / projeto básico (anexo i) do edital desse processo.
- 4** Que não incide nas vedações previstas na lei nº 14.133/2021.
- 5** Que o prazo de início da entrega dos equipamentos será de acordo com os termos estabelecidos no anexo i, deste edital a contar do recebimento, por parte da contratada, da ordem de compra ou documento similar, todos os bens serão avaliados, sob pena de devolução de não aceite, caso não atenda a discriminação do projeto básico do referido edital ou de má qualidade.

LOCAL E DATA



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

---

Carimbo da empresa/assinatura do responsável

**OBS.:** serão desclassificadas as propostas que apresentarem cotações contendo preços excessivos, simbólicos, de valor zero ou inexequíveis, na forma da legislação em vigor, ou ainda, que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitante



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

**ANEXO II – DECLARAÇÃO ÚNICA**

A \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_ DECLARA:

1) DECLARA EXPRESSAMENTE QUE SE SUJEITA ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL ACIMA CITADO E QUE ACATARÁ INTEGRALMENTE QUALQUER DECISÃO QUE VENHA A SER TOMADA PELO ÓRGÃO LICITANTE QUANTO À QUALIFICAÇÃO APENAS DAS PROPONENTES QUE TENHAM ATENDIDO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E QUE DEMONSTREM INTEGRAL CAPACIDADE DE EXECUTAR O FORNECIMENTO DO BEM PREVISTO. DECLARA, AINDA, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, A INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO OU QUE COMPROMETA A IDONEIDADE DA PROPONENTE.

2) DECLARA, PARA FINS DO DISPOSTO NO INC. VI DO ART. Nº 68 DA LEI Nº 14.133/2021, QUE NÃO EMPREGA MENOR DE DEZOITO ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO EMPREGA MENOR DE DEZESSEIS ANOS.

RESSALVA: EMPREGA MENOR, A PARTIR DE QUATORZE ANOS, NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ.

3) DECLARA QUE A PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº [...]**, FOI ELABORADA DE MANEIRA INDEPENDENTE (PELO LICITANTE), E O CONTEÚDO DA PROPOSTA NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº [...]**, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;

3.1) A INTENÇÃO DE APRESENTAR A PROPOSTA ELABORADA PARA PARTICIPAR DO **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº [...]** NÃO FOI INFORMADA, DISCUTIDA OU RECEBIDA DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº [...]**, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;

3.2) QUE NÃO TENTOU, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA, INFLUIR NA DECISÃO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº [...]** QUANTO A PARTICIPAR OU NÃO DA REFERIDA LICITAÇÃO;

3.3) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº [...]** NÃO SERÁ, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, COMUNICADO OU DISCUTIDO COM QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº [...]** ANTES DA ADJUDICAÇÃO DO OBJETO DA REFERIDA LICITAÇÃO;

3.4) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº [...]** NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER INTEGRANTE DO [...] ÓRGÃO LICITANTE, ANTES DA ABERTURA OFICIAL DAS PROPOSTAS; E QUE ESTÁ PLENAMENTE CIENTE DO TEOR E DA EXTENSÃO DESTA DECLARAÇÃO E QUE DETÉM PLENOS PODERES E INFORMAÇÕES PARA FIRMÁ-LA.

4) **(APLICAVÉL APENAS AS MICRO EMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE)** DECLARA, SOB AS PENALIDADES DA LEI, QUE SE ENQUADRA COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 E PELO ARTIGO 4º DA LEI Nº 14.133/2021. DECLARO, PARA FINS DA LC 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES, SOB AS PENALIDADES DESTA SER:

( ) **MICROEMPRESA** – RECEITA BRUTA ANUAL IGUAL OU INFERIOR A 360.000,00 E ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

( ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** – RECEITA BRUTA ANUAL SUPERIOR A 360.000,00 E IGUAL OU INFERIOR A 4.800.000,00 VALORES , ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

5) DECLARA NÃO TER RECEBIDO DO MUNICÍPIO DE /UF OU DE QUALQUER OUTRA ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA, EM ÂMBITO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E OU IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, ASSIM COMO NÃO TER RECEBIDO DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

6) DECLARA, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 14.133/2021, QUE CUMPRE TODOS OS REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO PARA ESTE CERTAME LICITATÓRIO NO

MUNICÍPIO [.] **ÓRGÃO LICITANTE – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº [...]**

7) DECLARA QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, CONFORME RT. 63, IV DA LEI 14.133/2021.

8) DECLARA PARA DEVIDOS FINS QUE A EMPRESA, OS DIRIGENTES OU SÓCIOS CONTRATADAS POR MEIO DESTA **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº (...)** NÃO SÃO SERVIDORES OU EMPREGADOS PÚBLICOS, OU AGENTES POLÍTICOS NA ESFERA FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL, OU O SEU CÔNJUGE OU COMPANHEIRO(A), OU PARENTE EM LINHA RETA, COLATERAL OU POR AFINIDADE ATÉ O 3º GRAU.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

Local, ..... de ..... de 2026.

.....

Representante legal da empresa



## MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2026

**MINUTA DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARIPIRANGA/BAHIA E A EMPRESA [...].**

## I – Regência Legal:

Esta Licitação é regida pelos seguintes dispositivos: Lei Federal 14.133/21 e alterações posteriores, no que couber.

**CONTRATANTE – PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA/BAHIA**, pessoa jurídica de Direito Público, com Sede na Praça Municipal, nº 315 – Paripiranga, Centro - CEP 48.430-045, inscrita no CNPJ sob n. 14.215.826/0001-82, representada neste ato pelo Prefeito, o Sr. **TALISSON SANTA ROSA NASCIMENTO**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 34222103 SSP/SE, inscrita no CNPF/MF sob o nº 045.920.155-76, residente e domiciliado na Rua Coronel Joaquim de Matos Carregosa, nº 50, Bairro Centro, Paripiranga, Estado da Bahia, CEP 48.430-011. **CONTRATADA – [...]**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º [...], CEP: [...], adjudicatária vencedora da licitação, modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. [...]**, publicada no Diário Oficial do Município do dia, legalmente representada por [...], inscrito no CPF sob nº [...], residente e domiciliado a [...].

<b>III – Processo Licitatório</b>	<b>IV – Tipo de Licitação:</b>	<b>V – Processo Administrativo n.º:</b>
Modalidade n.º:		
Concorrência Eletrônica N.º. [...]	Menor preço global	N.º xxxxxx/2026
<b>VI – Objeto:</b>		
Construção de praças públicas na Sede do Município de Paripiranga/BA.		
<b>VII – Regime de Execução:</b>		
Empreitada por preço unitário		
<b>VIII – Preço:</b>		
O preço global do presente contrato é no valor de <b>R\$ XXXXXXXXX</b>		
<b>X – Dotação Orçamentária:</b>		



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

Unidade:	[...]
Projeto/Atividade:	[...]
Elemento:	[...]
Fonte:	[...]

**XI – Prazo de Execução/Vigência:**

O **prazo de execução** dos serviços objeto da presente licitação será de **XXX (XXXXX) meses**, contados a partir da emissão da **Ordem de Serviço** pela **Secretaria xxxxxxxxxxxx**.

O **prazo de vigência** do contrato será de **xx (xxx) meses** contados da emissão da **Ordem de Serviço** pela **Secretaria xxxxxxxxxxxx**.

Os prazos poderão ser prorrogados, a critério da CONTRATANTE e concordância da CONTRATADA, caso ocorra algo fortuito que impeça a realização das obras no período aqui considerado.

A CONTRATADA terá **10 (dez) dias úteis**, após o recebimento da **Ordem de Serviço** emitida pela **Secretaria Administração através da Diretoria de Obras**, para iniciar a sua mobilização dos canteiros e execução dos serviços, sob pena de notificação de **ADVERTÊNCIA**, bem como outras penalidades previstas na lei e no contrato.

Paripiranga/BA, [...] 2026.

**Talisson Santa Rosa Nascimento**  
Prefeito Municipal  
**CONTRATANTE**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXX  
**CONTRATADA**



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

**PARTE B – DISPOSIÇÕES**

Por este instrumento e melhor forma de direito, as partes identificadas no Quadro Resumo correspondente ao presente Contrato, após terem conhecimento prévio e integral de seu texto e perfeita compreensão de seu sentido e alcance, têm justo e acordado o presente Contrato descrito e caracterizado no mencionado Quadro Resumo, que se regerá pela Lei Federal nº 14.133/21 e pelas condições estabelecidas nas Cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO, REGIME DE EXECUÇÃO E FATO GERADOR**

1.1 A contratação aqui avençada foi objeto de licitação, cuja modalidade e tipo estão descritos nos itens III e IV do Quadro Resumo.

1.2 Constitui o objeto do presente instrumento o descrito no item VII do Quadro Resumo, de acordo com o Escopo Técnico e demais anexos do Edital. O regime de execução está indicado no item VIII do Quadro Resumo.

1.3 É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE, bem como a fusão, cisão ou incorporação da contratada, não se responsabilizando o contratante por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

1.4 Nos termos do artigo 124 da Lei nº 14.133/21, o objeto deste Contrato poderá ser alterado, nos seguintes casos:

1.4.1 Unilateralmente pela Administração, nas mesmas bases contratuais e com as devidas justificativas, quando:

- a) Houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos, na forma do art. 124, inciso I, “a”, da Lei Federal nº 14.133/21;
- b) for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), na forma do art. 125, da Lei Federal nº 14.133/21.

1.4.2 Por acordo entre as partes:

- a) Quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) Quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado,



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

1.5 Havendo alteração unilateral do contrato, que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, conforme art. 130, da Lei 14.133/21.

1.5.1 Aplica-se o disposto no item 1.5, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.

1.6 O presente contrato está fundamentado e regido pela Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores e foi originado do processo de CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026.

**CLÁUSULA SEGUNDA – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DOCUMENTOS CONTRATUAIS**

2.1. As especificações técnicas dos trabalhos a serem executados estão indicadas no ANEXO [...] do Edital, que é parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição, o qual a CONTRATADA se obriga a obedecer.

2.2. Também integram este Contrato a proposta da CONTRATADA, com os documentos que a compõem, apresentada no referido processo licitatório, bem assim as correspondências trocadas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA. Na hipótese de manifesta divergência entre as disposições desses documentos e as deste Contrato, prevalecerão, sempre, as disposições contratuais, salvo quanto às especificações técnicas objeto de expressa indicação da CONTRATANTE.

2.3. Nenhuma modificação poderá ser introduzida nas especificações técnicas dos trabalhos ou em qualquer dos documentos anexos sem a prévia e expressa autorização da CONTRATANTE. Também não poderá a CONTRATADA recopiar, reproduzir ou comunicar a terceiros os documentos técnicos e os anexos sem o consentimento prévio e escrito da CONTRATANTE.

2.4. A CONTRATANTE reserva a si o direito de, a qualquer tempo, introduzir modificações nas especificações técnicas, mediante notificação, por escrito, à CONTRATADA. Respeitadas as disposições específicas deste Contrato, os eventuais acréscimos ou reduções de custos, decorrentes dessas alterações, serão objeto de prévio ajuste das partes.

**CLÁUSULA TERCEIRA – VALORES**

3.1. Pela execução das obras, objeto deste Contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total previsto no item IXI do Quadro Resumo. §1º Com relação aos percentuais de Insumos e Mão de obra, estes apresentam os seguintes valores: Insumos [...] e Mão de Obra [...] em consonância com determinação do TCM-BA.

3.2. O valor total supra referido, inclui todos os custos diretos e indiretos, bem como deveres, obrigações e encargos de qualquer natureza, não sendo devido à CONTRATADA qualquer outro pagamento, sejam quais forem os motivos invocados, notadamente em decorrência de serviços que tenham sido refeitos, em face de erros cometidos pela mesma, a qualquer título.

3.3. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro ou omissão, salvo das hipóteses de revisão, devidamente justificadas.

**CLÁUSULA QUARTA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

4.1. Para o custeio da execução das obras e/ou serviços objeto deste Contrato, serão utilizados recursos provenientes da Dotação Orçamentária prevista no item X do Quadro Resumo.

**CLÁUSULA QUINTA – FORMA DE PAGAMENTO**

5.1. Os pagamentos serão realizados mensalmente mediante apresentação de nota fiscal, acompanhada da respectiva fatura, em 03 (três) vias, Relatório Fotográfico correspondente aos trabalhos efetivamente realizados e aprovados pela fiscalização, aferidos mensalmente, conforme Boletim de Medição anexo, e ocorrerão até o 20º (vigésimo) dia posterior a data de sua aprovação pela fiscalização;

5.2. Havendo erro na fatura, a sua tramitação será suspensa para que a CONTRATADA tome as providências necessárias à sua correção, passando a ser considerada, para fins de pagamento, a data de sua reapresentação devidamente regularizada.

5.3. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades contratuais, nem implicará em aprovação definitiva dos serviços executados, total ou parcialmente.

5.4. As faturas deverão ser obrigatoriamente acompanhadas das guias de recolhimento dos encargos sociais devidos em relação ao mês anterior ao da emissão da fatura, (FEDERAL e FGTS), relativos à obra e/ou serviço, que deverá ser matriculada no INSS e demais Órgãos que assim o exigem. Esta obrigação não se aplica à primeira fatura emitida.

5.5. A CONTRATADA optante pelo Simples deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, declaração, conforme modelo constante do Anexo IV da Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11/01/2012 e alterações posteriores. Caso não o faça, ficará sujeita à retenção de imposto e contribuições, de acordo com a referida Instrução.

5.6. Antes do pagamento, a CONTRATANTE verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da CONTRATADA nos sítios oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento;

5.7. As despesas referentes ao objeto deste projeto básico correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Paripiranga, existentes nas dotações, na data dos respectivos empenhos.

5.8. Antes de efetuar o pagamento será verificada a regularidade fiscal da CONTRATADA junto aos órgãos fazendários (municipal, estadual e federal) e à Seguridade Social, através da Certidão Negativa de Débito, ou positiva com efeito de negativa, a regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bem como a regularidade trabalhista (CNDT) através de Certidão Negativa de Débito, ou positiva com efeito de negativa, cujos comprovantes serão anexados ao respectivo processo de pagamento

**CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO E REVISÃO**

6.1. A concessão de reajustamento fica condicionada ao transcurso do prazo de 12 (doze) meses da apresentação da proposta (caso haja prorrogação por igual(s) período(s)), mediante a aplicação da Variação dos Custos da Construção Civil, Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) ou por outro índice que por ventura venha a substituí-lo por determinação do Governo Federal.

6.1.1. O reajuste será realizado por apostilamento.

6.2. A revisão de preços dependerá de requerimento do interessado, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, para recompor o preço que se tornou insuficiente, e será instaurada pela própria Administração quando colimar recompor o preço



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

que se tornou excessivo.

**CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO DE EXECUÇÃO DAS OBRAS E VIGÊNCIA CONTRATUAL**

7.1. O prazo para a execução das obras, assim como o período de vigência deste Contrato estão estabelecidos no item XI do Quadro Resumo.

7.2. O prazo para execução das obras estabelecido no item XI do Quadro Resumo será prorrogado automaticamente quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, na forma dos artigos 111, da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

I - O contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

II - A Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**CLÁUSULA OITAVA – EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**8.1.** Toda e qualquer comunicação, ordens de serviço, reclamações, imposição de multas, intimações etc. entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA será sempre transmitida por escrito e devidamente registrada, devendo as correspondências encaminhadas pela CONTRATADA serem protocoladas, pois só dessa forma produzirão efeito.

**8.2.** A CONTRATANTE poderá em qualquer época suspender ou paralisar temporariamente, no todo ou em parte, a execução das obras, cabendo à CONTRATADA:

- a) O recebimento do valor das obras executados, aceitos e não pagos;
- b) O ressarcimento de despesas vencidas relacionadas com o respectivo contrato, ocorridas até a data em que for comunicada a suspensão ou paralisação dos serviços.

**CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1 A CONTRATADA, além das obrigações previstas neste Contrato, se obriga especificamente a:

- a) Executar as obras conforme especificações do projeto básico e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- b) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os trabalhos executados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes do processo executivo ou dos materiais empregados, a critério da Administração;
- c) Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Prefeitura ou a terceiros;
- d) Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos específicos aos trabalhos a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;
- e) Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão os órgãos para a execução dos trabalhos, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;
- f) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- g) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

- h) Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da execução das obras;
- i) Não permitir a utilização de qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- j) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- k) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições se previamente autorizadas pela Administração.

9.2 A CONTRATADA, manterá no local das obras:

- a) Livro de Registro de Ocorrências Diárias;
- b) Uma via do Contrato e de suas partes integrantes;
- c) Os desenhos e plantas com detalhes de construção/ execução.
- d) O registro das alterações autorizadas;
- e) Cronograma de execução da obra;
- f) Uma via das folhas de Medição;
- g) ART dos serviços contratado;

**CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1. A CONTRATANTE, além das obrigações contidas neste Contrato por determinação legal, obriga-se a:

- a) Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus trabalhos de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente deste projeto básico;
- b) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- c) Exercer o acompanhamento e a fiscalização das obras, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- d) Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução das obras, fixando prazo para a sua correção;
- e) Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação dos trabalhos, na forma do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO**

11.1. A fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato caberão a CONTRATANTE, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a qual designará um servidor habilitado, com poderes para verificar se os materiais serão de acordo com o previsto, fazer advertência quanto qualquer falta, aplicar multas e demais ações necessárias à CONTRATADA proponente;

11.2. A Fiscalização da Secretaria Municipal de Educação será exercida no interesse da Administração Pública Municipal e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos;

11.3. Ficará designado para fiscalizar o contrato, um servidor habilitado da Prefeitura Municipal de



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

Paripiranga/BA, designado pela Secretaria Municipal de Educação;

11.4. À fiscalização compete:

- a) Relatar em tempo hábil ocorrências ou circunstâncias que possam acarretar dificuldade no desenvolvimento das obras e/ou serviços em relação a terceiros.
- b) Esclarecer prontamente as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondência protocolada.
- c) Expedir por escrito as determinações e comunicações dirigidas à CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.
- d) Rejeitar todo e qualquer serviço inadequado ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.
- e) Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral deste Contrato.
- f) Emitir parecer para liberação das faturas e receber a obra contratada.

11.5. Os Recebimentos Provisório e Definitivo das obras serão efetuados de acordo com o estabelecido no art. 140, da Lei nº 14.133/21 e observados os seguintes critérios e prazos:

a) Recebimento Provisório: Ao considerar as obras concluídas, a CONTRATADA comunicará o fato, por escrito, à CONTRATANTE, para que seja lavrado pela fiscalização o “TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO”, a ser assinado pelas partes, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da referida comunicação.

b) Recebimento Definitivo: No prazo máximo de 60 (sessenta) dias do Recebimento Provisório, será lavrado o “TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO”, pelo fiscal designado pela CONTRATANTE, a ser assinado pelas partes, caso as obras não tenham apresentado quaisquer deficiências e estejam em condições de serem recebidas definitivamente.

Parágrafo Único - O “Recebimento Definitivo” não isentará a CONTRATADA das responsabilidades previstas no art. 618, do Código Civil Brasileiro.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1 Comete infração administrativa a Empresa proponente que:

Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

- a) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- b) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- c) Comportar-se de modo inidôneo;
- d) Cometer fraude fiscal; e
- e) Não mantiver a proposta.

12.2 Em caso de infração administrativa, a Administração pode aplicar à Empresa proponente as seguintes sanções, nos termos do Regulamento de Licitações:

a) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Administração;

b) Multa não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei 14.133/21, inclusive responsabilização civil e penal na forma da Legislação específica;

c) impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de até 03 (três) anos, nos termos do art. 156, §3º, da Lei 14.133/21.

d) declaração de inidoneidade, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, conforme Lei 14.133/21.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

- e) As sanções previstas nos subitens “a”, “c” e “e” poderão ser aplicadas à responsável pela infração, juntamente com as de multa;
- f) O MUNICÍPIO reterá dos créditos decorrentes deste Contrato valores suficientes ao pagamento das multas aplicadas.
- g) Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA sem a quitação das multas aplicadas em definitivo
- h) A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Empresa proponente, observando-se o procedimento previsto no Regulamento de Licitações;
- i) As penalidades, previstas nos itens “c” e “d”, serão aplicadas por intermédio de deliberação da Administração da Prefeitura de Paripiranga, após regular instrução de processo administrativo de apuração de irregularidade pela unidade contratante;
- j) A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; os danos que dela provierem para a Administração Pública; a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – GARANTIA**

- 13.1. Para a assinatura do contrato, o licitante vencedor deverá apresentar garantia, em qualquer das modalidades previstas no art. 98 da Lei Federal nº. 14.133/21, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, para garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas.
- 13.2. A garantia prestada, em qualquer das modalidades admitidas, será devolvida, mediante requerimento do interessado, após a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo do objeto contratual.
- 13.3. Havendo alterações no Contrato que venham a interferir nas condições da garantia, a CONTRATADA terá que adequá-la às novas condições, mediante complementação.

**CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – EXTINÇÃO**

- 14.1- O presente Termo de Contrato poderá ser extinto, nas hipóteses previstas no art. 137, da Lei nº 14.133/21, com as consequências na mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.
- 14.2- Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa;
- 14.3 - A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de extinção contratual unilateral, prevista no art. 104, II, da Lei nº 14.133/21.
- 14.4 - A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 14.5 - Se a alteração implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PREVALÊNCIA DA AÇÃO DE EXECUÇÃO**

- 15.1. Todas as importâncias devidas pela CONTRATADA à CONTRATANTE serão objeto de cobrança através de processo de execução, valendo o presente instrumento como título executivo extrajudicial, ressalvada a cobrança mediante retenção, sempre que possível.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO E DOS CASOS OMISSOS**

- 16.1. Integram o presente Contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

estabelecidas no processo licitatório referido no preâmbulo deste instrumento, no Edital da licitação e seus anexos e na proposta do licitante vencedor, apresentada na referida licitação.

16.2. Aplica-se ao presente Contrato a Lei 14.133/2021, e suas atualizações, aos casos omissos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALOCAÇÃO DE RISCOS**

17.1. A Contratada assumirá todos os ônus decorrentes de eventuais falhas de projetos de sua autoria.

17.2. As alterações contratuais decorrentes de falhas de projetos elaborados pela Contratada ensejarão apuração de responsabilidade da empresa, do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO**

18.1. O presente CONTRATO será publicado na imprensa oficial do município, na forma de extrato.

18.2. Em conformidade com o disposto no art. 94, I, a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos, estando vedada qualquer emissão de ordem de execução de serviço antes da divulgação no PNCP.

18.3. A divulgação que trata o item 18.2 deverá ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO**

19.1. As partes elegem a Comarca do Contratante, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato; nos termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133/2021.

19.2. E por estarem às partes plenamente de acordo com todas as cláusulas e condições, firmam o presente instrumento para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Paripiranga/BA, [...] de [...] de 2026.

**PREFEITURA DE PARIPIRANGA/BA**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXX**

Prefeito Municipal

**CONTRATANTE**

[...]

[...]

**CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS**

[...]

[...]



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

**ANEXO IV**  
**PROJETO BÁSICO**

---

**APROVADO**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO - OBJETIVO**

1.1 O presente Projeto Básico tem por objetivo definir as diretrizes básicas para subsidiar a **Construções de Praças Públicas na sede do município de Paripiranga/BA**, conforme definido nos elementos técnicos constantes dos anexos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Unidade de medida	Quant.	Valor total
1	Construções de Praças Públicas na sede do município de Paripiranga/BA	Unidade	1	R\$ 498.452,96

1.2 O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 O prazo de execução é de 6 (seis) meses conforme o cronograma físico-financeiro, após a emissão da ordem de serviço, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5 As despesas para execução dos serviços se darão por meio de transferência de convênios ou Instrumentos Congêneres da União, vinculada ao Contrato de Repasse nº 991049/2025 e a contrapartida do município que se dará por recursos próprios, onde, de acordo com a planilha orçamentária, o valor global para a contratação em comento corresponde ao **valor estimado de R\$ 498.452,96 (quatrocentos e noventa e oito mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e noventa e seis centavos)**.

1.6 Em suma, a Contratação de empresa especializada para Construções de Praças Públicas na sede do município de Paripiranga/BA, vinculada ao Contrato de Repasse nº 991049/2025 com a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, será **por meio de processo licitatório na modalidade concorrência, na forma eletrônica, modo de disputa aberto, do tipo Menor Preço Global, regime de execução Empreitada por Preço Unitário**.

1.7 A composição de valores e memória de cálculo tem como base as previsões de despesas incluindo todos os custos provenientes à realização do objeto contratado;

1.8 O proponente, deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º e § 4º, da Lei nº 14.133/2021);



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

1.9 composição de valores e memorial de cálculo tem como base as previsões de despesas incluindo todos os custos provenientes à realização do objeto contratado;

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1 O Município de Paripiranga, por meio de seu Departamento de Obras, busca atender aos interesses da população local, que conta com aproximadamente 29.000 habitantes (IBGE 2018) e possui um IDH de 0,577. A comunidade local carece de estrutura pública adequada, espaços públicos urbanos destinados ao lazer, convivência social, recreação infantil, valorização urbanística, além da segurança, com ocupação ordenada dos espaços urbanos.

2.1. Diante disso, torna-se necessária a Contratação de empresa especializada para Construções de Praças Públicas na sede do município de Paripiranga/BA, essa medida visa otimizar o aproveitamento dos espaços ociosos, garantindo maior qualidade de vida aos munícipes.

2.2. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

2.3 O PCA do Município de Paripiranga/BA não foi elaborado para o exercício financeiro de 2026. Ressalta-se que a demanda foi identificada a partir de necessidade concreta da Administração, devidamente motivada e alinhada às atividades finalísticas do órgão. Ademais, consta no Estudo Técnico Preliminar o embasamento técnico necessário à contratação, de modo a demonstrar sua compatibilidade com o planejamento administrativo, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

Os investimentos oriundos da contratação pretendida encontram-se no planejamento de contratações da secretaria municipal de administração, sendo que a mesma possui recursos específicos para que o município possa prestar os serviços à população.

A presente demanda, conforme descrito, está integralmente alinhada com as disposições estabelecidas na Lei Orçamentária Anual (LOA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Município. Desde o planejamento prévio, essas ações foram consideradas como parte essencial das prioridades e metas estabelecidas para o exercício financeiro.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. Dentre as soluções possíveis, que inclui a execução dos serviços diretamente pelo município, a solução encontrada como mais viável para o interesse público envolvido no presente processo, foi a **Construções de Praças Públicas na sede do município de Paripiranga/BA**, com prazo de execução de **6 (seis) meses** conforme consta no CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO em anexo-

3.2. As intervenções deverão manter o padrão de qualidade existente e apresentar a melhor prática executiva, com elementos que apresente vantagens para a contratação e com a caracterização devidamente detalhada no Projeto Básico, Memorial descritivo dos Serviços, Cronograma físico-financeiro, planilha orçamentária, e demais documentos pertinentes.

## **4. DAS CONDIÇÕES DOS SERVIÇOS**



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

4.1. É contemplado o serviço de Construções de Praças Públicas na sede do município de Paripiranga/BA:

	UNIDADES	QTD	ÁREA
1.1	Construções de Praças Públicas na sede do município de Paripiranga/BA	1	441,29 m <sup>2</sup>

**5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea "d", da Lei nº 14.133/21).**

5.1 Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento.

5.2 Para a presente contratação utilizará o Projeto Básico e todos documentos complementares com os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou serviço, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, de modo a possibilitar a avaliação do custo da obra ou serviço e a definição dos métodos e do prazo de execução.

**5.3 São requisitos de contratação:**

5.3.1. Os produtos deverão ser de primeira qualidade e estar dentro dos padrões de aceitabilidade. Comprovada a inferioridade, alteração ou inadequação de qualquer produto, responderá a licitante vencedora por danos causados oriundos da utilização dos mesmos.

5.3.2. Todos os produtos devem estar de acordo com a legislação vigente.

**5.4 Da Subcontratação**

5.4.1 Proibição e permissões:

É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE, bem como a fusão, cisão ou incorporação da contratada, não se responsabilizando o contratante por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros

**5.5 Da Garantia da contratação**

**5.5.1. DA GARANTIA PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

5.5.1.1. A exigência de garantia na contratação será avaliada pela autoridade competente, podendo ser estabelecida conforme a serviço e a complexidade do objeto contratado. A previsão dessa garantia, quando aplicável, deverá constar expressamente no edital, em conformidade com os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, que regulam as modalidades e condições para sua exigência.

5.5.1.2. A finalidade da garantia é assegurar o cumprimento integral das obrigações contratuais, proporcionando maior segurança à Administração Pública quanto à execução dos serviços, fornecimentos ou obras contratadas. Sua exigência poderá ser justificada com



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

base na criticidade do objeto, nos riscos envolvidos e na necessidade de proteção ao interesse público.

5.5.1.3. Para a assinatura do contrato, o licitante vencedor deverá apresentar garantia, em qualquer das modalidades previstas no art. 98 da Lei Federal nº. 14.133/21, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, para garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas.

5.5.1.4. A garantia prestada, em qualquer das modalidades admitidas, será devolvida, mediante requerimento do interessado, após a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo do objeto contratual.

5.5.1.5. Havendo alterações no Contrato que venham a interferir nas condições da garantia, a CONTRATADA terá que adequá-la às novas condições, mediante complementação.

#### **5.5.2 DA GARANTIA DE PROPOSTA COMO REQUISITO DE PRÉ-HABILITAÇÃO**

5.5.2.1. Será exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento do valor equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação, nos moldes do art. 58, §1º da Lei 14.133/2021.

5.5.2.2. A garantia de proposta poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - Seguro-Garantia;

III - Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

5.5.2.3. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

5.5.2.4. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

5.5.2.5. A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 desta Lei.

#### **5.6 Da Vistoria**

5.6.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 15:00 horas.

5.6.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia, a qual poderá ser agendada através dos e-mails:

- [diretoriadeobrasparipiranga@outlook.com](mailto:diretoriadeobrasparipiranga@outlook.com);
- [contratoseconveniosparipiranga@gmail.com](mailto:contratoseconveniosparipiranga@gmail.com).

5.6.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.6.4. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

5.6.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **5.7 Requisitos técnicos da contratação**

5.7.1. As exigências editalícias devem limitar-se ao mínimo necessário para o cumprimento do objeto licitado, de modo a evitar a restrição ao caráter competitivo do certame. Os requisitos de habilitação devem seguir o que estabelece a legislação vigente (Lei n.º 14.133/2021), bem como as instruções dos Tribunais de Contas.

## **5.8 Requisitos normativos que disciplinam os serviços a serem contratados**

- a) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- b) Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra ou serviço, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;
- c) Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;
- d) Lei nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);
- e) Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;
- f) Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

g) Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ofertado, vinculam a Contratada.

**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)**

- 6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.6 A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7 A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

**6.8 Da Fiscalização**

6.8.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**6.9 Da Fiscalização Técnica**

6.9.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

6.9.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.9.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.9.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.9.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.9.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII)

#### **6.10 Fiscalização Administrativa**

6.10.1. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.10.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

#### **6.11 Gestor do Contrato**

6.11.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV)

6.11.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas,



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.11.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.11.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X)

6.11.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI)

6.11.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea “g”, da Lei nº 14.133/21)**

### **7.1 O pagamento do objeto desta licitação dar-se-á mediante as condições abaixo:**

a) O pagamento será efetuado através de depósito bancário, efetivada em até 10 (dez) dias corridos a contar da medição dos serviços executados e devidamente atestados pelos responsáveis, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, observância do estipulado pelo artigo 141 da Lei 14.133/2021.

b) O mesmo ocorrerá através de depósito bancário na conta corrente da empresa vencedora, que deverá indicar todos os dados da instituição financeira, sendo que o nº da conta cadastrada na referida instituição deverá ter o mesmo CNPJ e/ou CPF e razão social e/ou nome. Estas informações devem constar na Nota Fiscal/Fatura.

c) qualquer liberação de pagamento somente será efetuada após o recebimento, conferência e aprovação dos bens, pelos responsáveis.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

d) O item que eventualmente não for aceito, com a devida fundamentação, se não substituídos dentro do prazo determinado, não serão pagos.

e) A nota fiscal emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo e o número do Procedimento licitatório, e do empenho a fim de acelerar o tramite de recebimento dos bens, e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

f) as contratações feitas na forma deste edital, deverão observar as disposições da Instrução Normativa nº. 971/2009 e, para fins exclusivos de IRRF, a instrução normativa n.º 1234/2012.

7.1.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Boletim de Medição, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços ou o disposto neste item;

7.1.2. A fiscalização do contrato terá até 15(quinze) dias para apreciação da documentação e apresentação das possíveis inconformidades nos documentos, devolvendo assim para complementação e/ou liberando para emissão de nota fiscal e posterior envio para o setor financeiro;

7.1.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) Não produzir os resultados acordados;
- b) Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.1.4. A utilização do Boletim de Medição, ou outro instrumento substituto para aferição, não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.1.5. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- a) Quantitativo real executado;
- b) Especificações dos materiais e equipamentos empregados, bem como técnica executiva que apresente sustentabilidade;
- c) Métrica determinada em planilha orçamentária.

7.1.6. Constatada situação de irregularidade das condições de habilitação, a Contratada será notificada, sem prejuízo do pagamento pelos serviços já prestados, para, num prazo



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

exequível, fixado pela Contratante, regularizar a situação, ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, sob pena de rescisão contratual;

7.1.7. Quanto ao ISSQN, será observado o disposto na LC nº 116/2003 e legislação municipal aplicável.

7.1.8. A Contratada deverá apresentar, junto à Nota Fiscal, a prova do recolhimento do imposto acima referido, caso não seja hipótese de retenção pela Prefeitura Municipal.

## **7.2 Do recebimento dos Serviços**

7.2.1. Ao final da etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico/Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo.

7.2.2. A etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.2.3. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.2.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133)

7.2.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.2.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.2.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.2.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.2.9 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.2.10. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.2.11. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.2.12. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto básico e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.13. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.2.14. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30(trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.2.15. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.2.16. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.2.17. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.2.18. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.2.19. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.2.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021,



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.2.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.2.22. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **7.3 Liquidação**

7.3.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.3.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.3.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

7.3.4. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante

7.3.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.3.6. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa

7.3.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

### **7.4 Prazo de pagamento**

7.4.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

7.4.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

**8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO (art. 6º, INCISO XXIII, alínea “h” da Lei nº 14.133/2021):**

**8.1 FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA:**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **Concorrência eletrônica, modo de disputa aberto, do tipo Menor Preço Global, regime de execução Empreitada por Preço unitário** com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

**8.2 DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

O regime de execução do contrato será **regime de execução Empreitada por Preço unitário**.

**8.3 EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

**8.3.1. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**8.3.2. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.3.3. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**8.3.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.3.5. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

**8.3.6. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

**8.3.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**8.3.8. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o **art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971**.

8.3.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**8.4 Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista será comprovada mediante:**

**8.4.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ),** através do respectivo Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Receita Federal;

**8.4.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal,** se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**8.4.3. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal** e relativa à Seguridade Social com a apresentação da Certidão Conjunta Negativa ou Certidão Conjunta Positiva, com efeitos de negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União. Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1.751, de 02/10/2014;

**8.4.4. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual,** com a apresentação da Certidão Negativa ou Certidão Positiva, com efeitos de negativa emitida pelo Estado, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, ou seja, atinente aos débitos estaduais;

**8.4.5. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal,** com a apresentação da Certidão Negativa de Tributos Municipais, do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

**8.4.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, através da apresentação do CRF –** Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

**8.4.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho,** mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.” (NR).



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

**8.4.8. Declaração para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz (art. 68 da Lei 14.133/2021).**

8.4.9. Os documentos relacionados nos subitens 8.4.1 a 8.4.7 poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico;

**8.4.10. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.**

8.4.11. Quando uma microempresa ou empresa de pequeno porte for declarada vencedora e haja alguma restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

8.4.12. A não regularização da documentação no prazo acima previsto, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei de Licitações, sendo facultada à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.4.13. Serão admitidas em conformidade com o artigo 206 do Código Tributário Nacional, certidões positivas com efeitos negativos.

8.4.14. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**8.5 Qualificação Econômico-financeira será comprovada mediante:**

8.5.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante (art. 69, inciso II, Lei N.º 14.133/2021), expedida a menos de 30 (trinta) dias contados da data da sua apresentação sobre pena de inabilitação;

8.5.2. Para comprovação da QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA, a licitante deverá apresentar o balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

8.5.3.1 As licitantes que iniciaram as suas atividades no presente exercício deverão apresentar, também, o **BALANÇO DE ABERTURA**, na forma da lei;

8.5.3.2. Serão considerados aceitos na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

- Sociedades regidas pela Lei Federal nº. 6.404/76 (Sociedade Anônima):
- Publicados em Diário Oficial; ou
- Publicados em jornal de grande circulação; ou
- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

8.5.3.3. Sociedades por cotas de responsabilidade limitada (Sociedade Ltda.): Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

8.5.3.4. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/06 (Lei Geral das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte): Por fotocópia (do balanço e demonstrações contábeis) registrada ou autenticada na Junta comercial da sede ou domicílio da licitante;

8.5.3.5. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis, deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

8.5.3.6. A comprovação de habilitação e regularidade do profissional junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC, se dará através da apresentação de documento (certidão ou congênere) expedida à época da emissão do Balanço Patrimonial;

8.5.3.7. Comprovação da boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de índices de, Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações dos balanços apresentados pela empresa, já exigíveis na forma da lei, sendo admitido para qualificação apenas resultado igual ou maior que 1,0 (um) em relação a SG e LC e, resultado igual ou menor que 1,0 (um) em relação ao endividamento geral (EG):

- $SG = AT / (PC + PNC) \geq 1,0$
- $ILC = AC / PC \geq 1,0$
- $IEG = (PC + PNC) / AT \leq 1,0$
- Onde:
- AC = Ativo Circulante
- PC = Passivo Circulante
- PNC = Passivo Não Circulante
- SG = Solvência Geral
- AT = Ativo Total



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

- ILC = Índice de Liquidez Corrente

- IEG = Índice de Endividamento Geral

8.5.3.8. O Índice de Liquidez Corrente (ILC) indica quanto a empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis a curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo;

8.5.3.9. O Índice de Liquidez Geral (ILG) indica quanto a empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período;

8.5.3.10. O Índice de Endividamento Total (ET), expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes;

8.5.3.11. Os índices adotados são usuais para as licitações com a mesma característica do objeto licitado e definem que a situação econômico-financeira da empresa se encontra equilibrada, visto que, Índices de Liquidez Corrente e Geral, menor que 1,00 e de Endividamento Total, maior que 1,00 indica situação deficitária da empresa.

8.5.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.5.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.5.6 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **8.6 Qualificação Técnica será comprovada mediante:**

### **Qualificação técnico-Operacional**

8.6.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (Inc. VI, do Art. 67, da Lei Federal Nº 14.133/2021).

8.6.2. Registro ou inscrição da empresa licitante e do(s) responsável técnico(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, do domicílio ou sede da licitante (art. 67, incisos I e V, da Lei Federal nº 14.133/21), e visto no CREA ou CAU para licitantes com sede fora do estado para estado para fins de assinatura do contrato;

**8.6.2.1. Com relação ao Vínculo Empregatício para com o profissional indicado, deverá apresentar** comprovação de vínculo empregatício de cada profissional técnico que participará da condução dos serviços contratados.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

- A comprovação do vínculo empregatício do(s) profissional(ais) será feita mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho, da Ficha de Registro de Empregados (FRE) ou contrato de prestação de serviços dentro da legislação civil comum, que demonstrem a identificação do(s) profissional(ais) ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado desde que acompanhada da anuência deste;
- Os profissionais indicados deverão participar da execução dos serviços até a conclusão final do contrato, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, em condições idênticas de disponibilidade e dedicação aos trabalhos, desde que aprovada pela Fiscalização a comprovação de qualificação técnica exigida neste item;
- Não será permitido apresentar comprovação de vínculo de um mesmo profissional em mais de uma licitante, sob pena de inabilitação de ambas.

8.6.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

- Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- Certidões ou atestados, em nome da licitante, devidamente registrados no CREA ou CAU, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior (art. 67, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21);
- **Capacidade operacional (pessoa jurídica):** atestado (s) de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando a experiência da empresa licitante em atividades compatíveis com o objeto licitado, devendo conter no mínimo o percentual de 30%. **(admitindo-se a soma de atestados);**

8.6.4. A relação da equipe técnica deverá indicar a qualificação profissional de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, com comprovação de que a licitante possui em seu quadro, na data prevista para entrega da proposta, pelo menos 01 (um) Engenheiro Civil ou 01 (um) Arquiteto e de 01 (um) Engenheiro de Segurança ou 01 (um) Técnico de Segurança, devidamente reconhecido pela entidade profissional competente, para atuar como responsável técnico de suas respectivas áreas.

8.6.5. Deverão ser observadas as seguintes informações básicas na apresentação da (s) certidão (ões) e/ou atestado (s):



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

- Nome do contratado e do contratante;
- Nome da empresa que prestou (s) o(s) serviço(s);
- CNPJ e endereço completo do emitente;
- Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza da obra)
- Descrição do produto fornecido ou serviço prestado;
- Serviços executados e quantitativos.
- Data de emissão;
- Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

8.6.5. Terá que ser comprovada a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos, com o objeto da licitação, através de Atestado (s) fornecido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, devidamente registrados na entidade profissional competente, acompanhado (s) da respectiva Certidão (ões) de Acervo Técnico – CAT;

8.6.6. Capacidade técnica profissional de seu(s) responsável(s) técnico(s) e ou;

8.6.7. Capacidade técnica operacional da empresa licitante,

8.6.8. Comprovando as parcelas de maior relevância técnica dos serviços, referentes a:

NOME DA COMPOSIÇÃO	UND	QUANTIDADE TOTAL	QAUNTIDADE EXIGIDA 30%
MEIO-FIO PRÉ MOLDADO DE CONCRETO SIMPLES (0,12 X 0,30 X 1,00M), REJUNTADO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA NO TRAÇO 1:3.	M	365,07	109,52
EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_10/2022	M2	441,29	132,38

Essas estimativas permitem à Administração dimensionar adequadamente os recursos necessários, garantindo previsibilidade técnica e econômica para a execução das obras, de forma a assegurar eficiência, legalidade e continuidade dos serviços prestados à comunidade.

A comprovação será feita por meio de apresentação de no **mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica** em nome da licitante ou emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com a identificação do declarante e de sua habilitação perante o Sistema CONFEA/CREA/CAU. **e/ou por atestado de capacidade técnica profissional devidamente registrado no CREA da região onde os serviços foram executados e/ou executando, acompanhado(s) da(s) respectiva(s)**



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

**Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por esses Conselhos, que comprovem que o responsável técnico (Engenheiro Civil e/ou Arquiteto) indicado pela licitante tenham executados e/ou executando obras/serviços de características técnicas similares as do objeto da presente licitação.**

**Qualificação Técnico-Profissional**

8.6.9. **Certificado de registro (pessoa física):** comprovar registro no Conselho de Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU de todos os profissionais técnicos que participarão na condução dos serviços contratados, devendo constar no mínimo um Engenheiro Civil ou Arquiteto.

8.6.10. Os atestados de capacidade técnica devem ser limitados a um **percentual máximo de 50%** da quantidade a ser contratada, levando em consideração também as parcelas de maior relevância, conforme disposto no art. 67, §2º, da Lei n.º 14.133/2021. Portanto, o percentual mínimo de 30% está dentro dos parâmetros da Lei 14.133/2021.

8.6.11. **CAT, expedida(s) por esses Conselhos (CONFEA/CREA/CAU), que comprovem que o responsável técnico (Engenheiro Civil e/ou Arquiteto) indicado pela licitante tenham executados e/ou executando obras/serviços de características técnicas similares as do objeto da presente licitação.**

**9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, INCISO XXIII, alínea “i” da Lei nº 14.133/2021):**

9.1 De acordo com a planilha orçamentária, o valor global para a contratação em comento corresponde ao **valor estimado de R\$ 498.452,96(quatrocentos e noventa e oito mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e noventa e seis centavos)**, limite máximo aceitável para contratação, valor esse de referência da Prefeitura do Município de Paripiranga/BA, este que estabelece como condição para a desclassificação das propostas cujo valor global venha a ser a ele superior.

9.2 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

9.3 O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais elaboradas com base no SINAPI de dezembro de 2025 (Não Desonerado) e com composições referenciais ORSE de dezembro de 2025.

9.4 Respeitando ao que determina o artigo 23, §2º da Lei 14.133 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), a composição de custos unitários foi escolhida a partir da escolha de preços dos menores ou iguais à mediana do item correspondente disponíveis na plataforma, escolhido aqueles cujos os valores estão próximos à realidade local, regionalizados. Desse modo, o levantamento quantitativo para a contratação foram previstos baseados em valores médios



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

solicitados a partir de orçamentos elaborados com base em bancos de consulta eletrônicos próprios para orçamentação, são eles o **SINAPI de dezembro de 2025 (Não Desonerado) e com composições referenciais ORSE de dezembro de 2025**, tais fontes têm o objetivo de fornecer uma base de referência para orçamentos na construção civil e fornecem parâmetros quanto a custos de insumos, consumos e produtividades. Ao final, tomando como base a somatória do valor médio para cada item, estimou-se um valor unitário da contratação. Os resultados com relatórios gerados por essa fonte se encontram no Orçamento Sintético e Orçamento Analítico, planilhas de encargos sociais cronograma e BDI e demais anexadas nesse processo.

## **10. PRAZO DE EXECUÇÃO**

- 10.1 O prazo para execução do serviço é de 06 (seis) meses para Construções de Praças Públicas na sede do município de Paripiranga/BA, após a emissão da ordem de serviço.
- 10.2 O prazo de vigência do contrato deverá ser de 12 (doze) meses, a vigência do contrato acontece no dia da Ordem de Serviço.
- 10.3 Os prazos poderão ser prorrogados, a critério da CONTRATANTE e concordância da CONTRATADA, caso ocorra algo fortuito que impeça a realização das obras no período aqui considerado, com base no art. 111 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.4 A CONTRATADA terá 10 (dez) dias úteis, após o recebimento da Ordem de Serviço emitida pela Secretaria Administração através da Diretoria de Obras, para iniciar a sua mobilização dos canteiros e execução dos serviços, sob pena de notificação de ADVERTÊNCIA, bem como outras penalidades previstas na lei e no contrato.
- 10.5 A concessão de reajustamento fica condicionada ao transcurso do prazo de 12 (doze) meses da apresentação da proposta (caso haja prorrogação por igual(s) período(s)), mediante a aplicação da Variação dos Custos da Construção Civil, Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) ou por outro índice que por ventura venha a substituí-lo por determinação do Governo Federal. Tendo como referência a data-base vinculada à data do orçamento estimado.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.**

### **11.1 Dos direitos e obrigações do contratado.**

11.1.1. Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.1.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

11.1.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

11.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.1.5. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licenças, greves, faltas ao serviço e demissões, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;

11.1.6. Substituir o seu preposto que estiver trabalhando em desacordo com o interesse dos serviços e, por este motivo, for rejeitado pela fiscalização do CONTRATANTE;

11.1.7. Executar os serviços de acordo com o estabelecido no contrato e seus anexos;

11.1.8. Respeitar os prazos previstos neste projeto básico;

11.1.9. Manter atualizado o endereço do correio eletrônico;

11.1.10. Disponibilizar as ferramentas e os materiais necessários à realização dos serviços;

11.1.11. Manter projetos, cadernos de encargos, memoriais descritivos, ART's, alvarás e qualquer licença e/ou autorização, presente no canteiro de obras e que seja de fácil acesso para a fiscalização de obras e contratos;

11.1.12. Responsabilizar-se por todo o custo despendido do fornecimento de material, mão de obra, equipamentos, bem como as obrigações fiscais, sociais e trabalhistas, até o recebimento definitivo do objeto;

11.1.13. Responder pelo custo dos serviços, ora contratados, contemplando salários de pessoal, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;

11.1.14. Arcar com toda e qualquer responsabilidade civil, trabalhista e previdenciária decorrente de acidente de trabalho, eximindo a CONTRATANTE de qualquer ônus;

11.1.15. Adotar critérios de sustentabilidade (ambiental, econômica e social) durante todo o período de execução do objeto;

11.1.16. Providenciar, junto ao CAU/CREA, todas as Anotações ou Registros de Responsabilidade Técnica (ART's/RRT's) referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, sob pena de retenção de medição; bem como a respectiva CNO;

11.1.17. Cumprir o previsto nos Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive Normas de Concessionárias de Serviços Públicos;

11.1.18. Executar, de maneira precípua, os serviços apresentados no Projeto e Memorial Descritivo, de forma que a obra seja concluída de acordo com as especificações;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

11.1.19. Manter profissional técnico devidamente habilitado no CREA/CAU, aceito pela CONTRATANTE, para responder sobre os aspectos inerentes ao objeto e assinar, em nome da empresa CONTRATADA, instruções técnicas e planilhas de medição;

11.1.20. Manter as áreas circundantes à obra totalmente limpas e seguras e observar todas as condições de segurança, higiene, medicina e meio ambiente do trabalho, de acordo com as Normas Regulamentadoras (NR's) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), incluindo o uso de uniforme;

11.1.21. Retificar todo e qualquer trabalho que não obedeça aos elementos especificados no projeto e demais disposições contratuais, bem como reparos e correções, com desembolso pela CONTRATADA;

11.1.22. Manter técnico devidamente habilitado e capacitado, exclusivamente no local, horário e nos dias de prestação dos serviços, o qual será responsável pela supervisão e acompanhamento, bem como sanar dúvidas e tratar de quaisquer assuntos relacionados à execução do objeto;

11.1.23. Fornecer projeto “*As Built*”, com todas as modificações executadas relativas ao projeto executivo aprovado, para concretizar o Termo de Recebimento Definitivo da Obra;

11.1.24. Respeitar e cumprir todas as recomendações estabelecidas nas Licenças Ambientais emitidas pelos órgãos competentes;

11.1.25. Dada a ordem de serviço pela contratante, é obrigatório, por parte da CONTRATADA, a abertura do “Diário de obras”, no modelo fornecido pela CONTRATANTE, mantendo-o devidamente atualizado durante a execução da obra e presente no canteiro de obras que seja de fácil acesso para a fiscalização;

11.1.26. As Normas Regulamentadoras – NRs, relativas à segurança e medicina do trabalho, são de observância obrigatória por parte da empresa vencedora, bem como as demais leis e normas vigentes, em especial a NR 18 – Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção e seus desdobramentos;

11.1.27. A Prefeitura Municipal de Paripiranga/BA poderá a critério de seu corpo técnico, determinar a paralisação da obra e/ou serviço, suspender pagamentos quando julgar que as condições mínimas de segurança, saúde e higiene do trabalho não estejam sendo observadas pela empresa vencedora, sem prejuízo de outras sanções cabíveis. A empresa vencedora se responsabilizará, ainda, por atrasos ou prejuízos decorrentes da suspensão dos trabalhos quando não acatar a legislação básica vigente na época, no que se referir à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho;

11.1.28. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/10/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 40, §§ 20 e 30, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

- O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

11.1.29. Nos termos dos artigos 30 e 100 da Resolução CONAMA n° 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

- Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de Ø material para usos futuros.
- Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.
- Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas -ABNT, ABNT NBR ris. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

#### **11.2 Dos direitos e obrigações do contratante.**

11.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

11.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto básico;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

- 11.2.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.
- 11.2.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 11.2.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 11.2.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 11.2.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato e no Projeto básico;
- 11.2.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Contrato;
- 11.2.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 11.2.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 11.2.11. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 11.2.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 11.2.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 11.2.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §20, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2.15. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 11.2.16. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 11.2.17. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

11.2.18. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

11.2.19. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

**12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, INCISO XXIII, alínea “j” da Lei nº 14.133/2021)**

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

12.2 A unidade orçamentaria é municipal através da Secretaria Municipal de Administração

12.3 A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

**CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- **Unidade Orçamentária Executora:** 03.01.00 – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento:
- **Fonte:** 1500 – Recursos não vinculados de Impostos
- **Atividade:** 1004 – Construção e Requalificação de Equipamentos Públicos
- **Elemento de Despesa:** 4.4.90.51.00– Obras e instalações

**CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- **Unidade Orçamentária Executora:** 03.01.00 – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
- **Fonte:** 1700 – Outras transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União
- **Atividade:** 1004 – Construção e Requalificação de Equipamentos Públicos
- **Elemento de Despesa:** 4.4.90.51.00 – Obras e instalações

**13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

O Contratado poderá ser responsabilizado administrativamente pelas sanções e infrações administrativas, conforme disposições do art. 155 e seguintes da Lei 14.133/2021.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

Paripiranga/BA, 17 de março de 2026

---

José Douglas Junior Pereira de Andrade  
Mestre em Recursos Hídricos, Engenheiro Civil  
Diretor de Obras e Urbanismo Port. 139/2025  
CREA/SE: 2717122966/RN  
CREA/BA: 3000169037



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

---

**ANEXO IV**  
Projeto Básico

**ANEXO V**  
Planilha Orçamentária

**ANEXO V-A**  
Cronograma Físico Financeiro

**ANEXO V- B**  
Cronograma Previsto PLE

**ANEXO V-C**  
Quadro de Composição do BDI

**ANEXO V-D**  
QCI – Quadro de Composição do Investimento

**ANEXO V-E**  
PLQ – Planilha de Levantamento de Quantidades

**ANEXO V-F**  
ART

**ANEXO V-G**  
Memorial Descritivo

**ANEXO V-H**  
Projetos e Plantas



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SETOR DE PLANEJAMENTO**

**ANEXO VI - DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

PROPONENTE			
NOME DA EMPRESA			
C.N.P.J. N.º			
ENDEREÇO			
TELEFONE		E-MAIL	

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA			
NOME COMPLETO			
C.I. N.º			
C.N.P.J. N.º			
NACIONALIDADE		ESTADO CIVIL	
ENDEREÇO RESID.			

DADOS BANCÁRIOS			
NOME DO BANCO		N.º DO BANCO	
NOME DA AGÊNCIA		N.º DA AGÊNCIA	
N.º CONTA CORRENTE			

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura Representante Legal e Carimbo



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA  
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo  
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 1107633 - 60	Nº TransfereGOV 991049	PROPONENTE / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA	APELIDO DO EMPREENDIMENTO Construção de Praças Públicas			
LOCALIDADE SINAPI SALVADOR	DATA BASE 12-25 (N DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE Construção de Praças Públicas na sede do município de Paripiranga/BA	MUNICÍPIO / UF PARIPIRANGA/BA	BDI 1 23,38%	BDI 2 0.00%	BDI 3 0.00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
Construção de Praças Públicas na sede do município de Paripiranga/BA									498.452,96	
1.			(CONSTRUÇÃO PRAÇA PADRE VICENTE VALENTIM)					-	267.275,23	
1.1.			(SERVIÇOS PRELIMINARES)					-	79.301,40	
1.1.1.	SINAPI	103689	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	M2	6,00	447,19	BDI 1	551,74	3.310,44	RA
1.1.2.	SINAPI	98459	TAPUME COM TELHA METÁLICA. AF_03/2024	M2	621,72	92,98	BDI 1	114,72	71.323,72	RA
1.1.3.	SINAPI	101509	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREA, TRIFÁSICA, COM CAIXA DE EMBUTIR, CABO DE 10 MM2 E DISJUNTOR DIN 50A (NÃO INCLUSO O POSTE DE CONCRETO). AF_12/2025	UN	1,00	2.049,19	BDI 1	2.528,29	2.528,29	RA
1.1.4.	SINAPI-I	43978	CAIXA D'ÁGUA / RESERVATÓRIO EM POLIESTER REFORÇADO COM FIBRA DE VIDRO, 3000 LITROS, COM TAMPA	UN	1,00	1.733,63	BDI 1	2.138,95	2.138,95	RA
1.2.			(DEMOLIÇÃO)					-	13.720,05	
1.2.1.	SINAPI	98528	REMOÇÃO DE RAÍZES REMANESCENTES DE TRONCO DE ÁRVORE COM DIÂMETRO MAIOR OU IGUAL A 0,60 M. AF_03/2024	UN	20,00	330,76	BDI 1	408,09	8.161,80	RA
1.2.2.	SINAPI	106122	REMOÇÃO DE ENTULHO CLASSE A (ALVENARIA, CONCRETO, ARGAMASSAS E CERÂMICOS) POR DUTO DE ENTULHO E ACONDICIONAMENTO FINAL EM CAÇAMBA ESTACIONÁRIA. EXCLUSO FRETE. AF_09/2025	M3	30,31	83,27	BDI 1	102,74	3.114,05	RA
1.2.3.	SINAPI	97622	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M3	30,31	65,36	BDI 1	80,64	2.444,20	RA
1.3.			(MOVIMENTAÇÃO DE TERRA)					-	5.440,45	
1.3.1.	SINAPI	99062	MARCAÇÃO DE PONTOS EM GABARITO OU CAVALETE. AF_03/2024	UN	303,64	2,32	BDI 1	2,86	868,41	RA
1.3.2.	SINAPI	94342	ATERRO MANUAL DE VALAS COM AREIA PARA ATERRO. AF_08/2023	M3	18,22	130,58	BDI 1	161,11	2.935,42	RA
1.3.3.	SINAPI	105597	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO, PARA OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DE PAVIMENTOS. AF_09/2024	M2	303,64	4,37	BDI 1	5,39	1.636,62	RA
1.4.			(PAVIMENTAÇÃO)					-	55.724,36	
1.4.1.	SINAPI	94274	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO CURVO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	310,86	44,41	BDI 1	54,79	17.032,02	RA
1.4.2.	SINAPI	92398	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_10/2022	M2	303,64	94,93	BDI 1	117,12	35.562,32	RA
1.4.3.	SINAPI	105004	RAMPA DE ACESSIBILIDADE EM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, EM CALÇADA NOVA COM LARGURA MENOR À 3,00 M, FCK 25MPA, COM PISO PODOTÁTIL. AF_03/2024	M2	4,00	144,20	BDI 1	177,91	711,64	RA
1.4.4.	ORSE	9443	Impermeabilização - Aplicação de Frioasfalto - 02 demãos	m2	37,87	51,76	BDI 1	63,86	2.418,38	RA
1.5.			(SISTEMA ELÉTRICO)					-	97.411,96	
1.5.1.	ORSE	4419	Mureta de alvenaria 1,50 x 0,60m	un	2,00	215,98	BDI 1	266,48	532,96	RA

RECURSO  
↓



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA  
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo  
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 1107633 - 60	Nº TransfereGOV 991049	PROPONENTE / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA	APELIDO DO EMPREENDIMENTO Construção de Praças Públicas			
LOCALIDADE SINAPI SALVADOR	DATA BASE 12-25 (N DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE Construção de Praças Públicas na sede do município de Paripiranga/BA	MUNICÍPIO / UF PARIPIRANGA/BA	BDI 1 23,38%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
Construção de Praças Públicas na sede do município de Paripiranga/BA										498.452,96
1.5.2.	SINAPI	101499	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREA, BIFÁSICA, COM CAIXA DE SOBREPOR, CABO DE 25 MM2 E DISJUNTOR DIN 50A (NÃO INCLUSO O POSTE DE CONCRETO). AF_12/2025	UN	2,00	2.065,88	BDI 1	2.548,88	5.097,76	RA
1.5.3.	SINAPI-I	13393	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, DE EMBUTIR, EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, PARA 12 DISJUNTORES DIN, 100 A	UN	2,00	332,94	BDI 1	410,78	821,56	RA
1.5.4.	SINAPI	105953	POSTE DE AÇO CÔNICO CONTÍNUO RETO, ENGASTAMENTO SIMPLES COM 1 M DE SOLO, H=7M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2025	UN	2,00	1.730,79	BDI 1	2.135,45	4.270,90	RA
1.5.5.	SINAPI	93666	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 50A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	4,00	72,33	BDI 1	89,24	356,96	RA
1.5.6.	SINAPI	93662	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	4,00	56,38	BDI 1	69,56	278,24	RA
1.5.7.	SINAPI	93662	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	4,00	56,38	BDI 1	69,56	278,24	RA
1.5.8.	SINAPI	93665	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 40A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	4,00	65,87	BDI 1	81,27	325,08	RA
1.5.9.	ORSE	6386	*Caixa de passagem cp1-060 (40x40x60cm)	un	32,00	344,66	BDI 1	425,24	13.607,68	RA
1.5.10.	SINAPI	100623	POSTE DE AÇO CÔNICO CONTÍNUO CURVO DUPLO, ENGASTAMENTO SIMPLES COM 1 M DE SOLO, H=9M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2025	UN	14,00	2.276,26	BDI 1	2.808,45	39.318,30	RA
1.5.11.	SINAPI	101657	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 98 W ATÉ 137 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2025_PS	UN	56,00	321,13	BDI 1	396,21	22.187,76	RA
1.5.12.	SINAPI	91931	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	480,30	10,94	BDI 1	13,50	6.484,06	RA
1.5.13.	SINAPI	92023	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO) COM 1 TOMADA DE EMBUTIR 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	2,00	50,65	BDI 1	62,49	124,98	RA
1.5.14.	SINAPI-I	41627	CAIXA DE CONCRETO ARMADO PRE-MOLDADO, COM FUNDO E TAMPA, DIMENSOES DE 0,30 X 0,30 X 0,30 M	UN	1,00	184,99	BDI 1	228,24	228,24	RA
1.5.15.	SINAPI	104750	CONECTOR GRAMPO METÁLICO TIPO OLHAL, PARA SPDA, PARA HASTE DE ATERRAMENTO DE 5/8" E CABOS DE 10 A 50 MM2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	UN	1,00	18,15	BDI 1	22,39	22,39	RA
1.5.16.	SINAPI-I	3380	HASTE DE ATERRAMENTO EM AÇO COM 3,00 M DE COMPRIMENTO E DN = 5/8", REVESTIDA COM BAIXA CAMADA DE COBRE, COM CONECTOR TIPO GRAMPO	UN	3,00	77,21	BDI 1	95,26	285,78	RA
1.5.17.	ORSE	12370	Cabo de cobre nú 10 mm2 - fornecimento e assentamento (10,85m/kg)	kg	8,00	128,63	BDI 1	158,70	1.269,60	RA
1.5.18.	ORSE	8174	Grampo de cobre tipo unha c/bucha e parafuso nº10, para fixação de cabo cobre nú	un	16,00	7,70	BDI 1	9,50	152,00	RA

RECURSO  
↓



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA  
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo  
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 1107633 - 60	Nº TransfereGOV 991049	PROponente / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA	Apelido do Empreendimento Construção de Praças Públicas			
LOCALIDADE SINAPI SALVADOR	DATA BASE 12-25 (N DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE Construção de Praças Públicas na sede do município de Paripiranga/BA	MUNICÍPIO / UF PARIPIRANGA/BA	BDI 1 23,38%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
Construção de Praças Públicas na sede do município de Paripiranga/BA									498.452,96	
1.5.19.	SINAPI-I	2618	CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO, EM AÇO GALVANIZADO ELETROLÍTICO, COM ROSCA, DIÂMETRO DE 32 MM (1 1/4"), ESPESSURA DE 1,50 MM	UN	5,00	11,41	BDI 1	14,08	70,40	RA
1.5.20.	SINAPI-I	2685	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSCÁVEL DE 1", SEM LUVA	M	160,10	7,04	BDI 1	8,69	1.391,27	RA
1.5.21.	SINAPI	91880	LUVA PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	27,00	9,24	BDI 1	11,40	307,80	RA
1.6.			(PAISAGISMO)					-	4.628,95	
1.6.1.	ORSE	10234	Grama esmeralda em placas, fornecimento e plantio	m2	8,00	35,95	BDI 1	44,36	354,88	RA
1.6.2.	ORSE-I	7153	Planta - Sibipiruna (caesalpinia peltophoroides)	un	21,00	39,72	BDI 1	49,01	1.029,21	RA
1.6.3.	SINAPI-I	7253	TERRA VEGETAL (GRANEL)	M3	16,15	162,85	BDI 1	200,92	3.244,86	RA
1.7.			(DIVERSOS)					-	11.048,06	
1.7.1.	SINAPI	102498	PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CAIAÇÃO). AF_05/2021	M	310,86	1,97	BDI 1	2,43	755,39	RA
1.7.2.	ORSE	2450	Limpeza geral	m2	303,64	2,63	BDI 1	3,24	983,79	RA
1.7.3.	SINAPI-I	10848	PLACA DE INAUGURAÇÃO METÁLICA, *40* CM X *60* CM	UN	1,00	1.138,17	BDI 1	1.404,27	1.404,27	RA
1.7.4.	ORSE	2311	Pintura de acabamento com lixamento, aplicação de 01 demão de tinta à base de zarcão e 02 demãos de tinta esmalte	m2	67,20	30,18	BDI 1	37,24	2.502,53	RA
1.7.5.	ORSE	3740	Mesa de concreto com 02 bancos integrados	Un	2,00	830,10	BDI 1	1.024,18	2.048,36	RA
1.7.6.	SINAPI	103307	INSTALAÇÃO DE LIXEIRA METÁLICA DUPLA, CAPACIDADE DE 60 L, EM TUBO DE AÇO CARBONO E CESTOS EM CHAPA DE AÇO COM PINTURA ELETROSTÁTICA, SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_11/2021	UN	2,00	1.359,10	BDI 1	1.676,86	3.353,72	RA
2.			(CONSTRUÇÃO DA PRAÇA JOSÉ DAS VIRGENS BONFIM NETO)					-	90.702,25	
2.1.			(SERVIÇOS PRELIMINARES)					-	20.176,14	
2.1.1.	SINAPI	103689	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	M2	6,00	447,19	BDI 1	551,74	3.310,44	RA
2.1.2.	SINAPI	98459	TAPUME COM TELHA METÁLICA. AF_03/2024	M2	108,42	92,98	BDI 1	114,72	12.437,94	RA
2.1.3.	SINAPI	101501	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREA, BIFÁSICA, COM CAIXA DE EMBUTIR, CABO DE 10 MM2 E DISJUNTOR DIN 50A (NÃO INCLUSO O POSTE DE CONCRETO). AF_12/2025	UN	1,00	1.855,09	BDI 1	2.288,81	2.288,81	RA
2.1.4.	SINAPI-I	43978	CAIXA D'ÁGUA / RESERVATÓRIO EM POLIÉSTER REFORÇADO COM FIBRA DE VIDRO, 3000 LITROS, COM TAMPA	UN	1,00	1.733,63	BDI 1	2.138,95	2.138,95	RA
2.2.			(MOVIMENTAÇÃO DE TERRA)					-	2.466,38	
2.2.1.	SINAPI	99062	MARCAÇÃO DE PONTOS EM GABARITO OU CAVALETE. AF_03/2024	UN	137,65	2,32	BDI 1	2,86	393,68	RA
2.2.2.	SINAPI	94342	ATERRO MANUAL DE VALAS COM AREIA PARA ATERRO. AF_08/2023	M3	8,26	130,58	BDI 1	161,11	1.330,77	RA
2.2.3.	SINAPI	105597	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO, PARA OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DE PAVIMENTOS. AF_09/2024	M2	137,65	4,37	BDI 1	5,39	741,93	RA
2.3.			(MURO DE CONTENÇÃO)					-	13.954,75	

RECURSO  
↓



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA  
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo  
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 1107633 - 60	Nº TransfereGOV 991049	PROPONENTE / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA	APELIDO DO EMPREENDIMENTO Construção de Praças Públicas			
LOCALIDADE SINAPI SALVADOR	DATA BASE 12-25 (N DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE Construção de Praças Públicas na sede do município de Paripiranga/BA	MUNICÍPIO / UF PARIPIRANGA/BA	BDI 1 23,38%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
Construção de Praças Públicas na sede do município de Paripiranga/BA									498.452,96	
2.3.1.	ORSE	92	Alvenaria pedra calcária aparente argamassada no traço 1:5 - 1 saco cimento 5 0kg / 5 padiolas areia dim. 0,35x0,45x0,23m - Confeção mecânica e transport e	m3	19,20	589,08	BDI 1	726,81	13.954,75	RA
2.4.			(PAVIMENTAÇÃO)					-	19.097,13	
2.4.1.	SINAPI	94274	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO CURVO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	54,21	44,41	BDI 1	54,79	2.970,17	RA
2.4.2.	SINAPI	92398	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_10/2022	M2	137,65	94,93	BDI 1	117,12	16.121,57	RA
2.4.3.	SINAPI	105597	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO, PARA OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DE PAVIMENTOS. AF_09/2024	M2	1,00	4,37	BDI 1	5,39	5,39	RA
2.5.			(SISTEMA ELÉTRICO)					-	16.909,78	
2.5.1.	ORSE	4419	Mureta de alvenaria 1,50 x 0,60m	un	1,00	215,98	BDI 1	266,48	266,48	RA
2.5.2.	SINAPI	101499	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREA, BIFÁSICA, COM CAIXA DE SOBREPOR, CABO DE 25 MM2 E DISJUNTOR DIN 50A (NÃO INCLUSO O POSTE DE CONCRETO). AF_12/2025	UN	1,00	2.065,88	BDI 1	2.548,88	2.548,88	RA
2.5.3.	SINAPI-I	13393	QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE EMBUTIR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 12 DISJUNTORES DIN, 100 A	UN	1,00	332,94	BDI 1	410,78	410,78	RA
2.5.4.	SINAPI	105953	POSTE DE AÇO CÔNICO CONTÍNUO RETO, ENGASTAMENTO SIMPLES COM 1 M DE SOLO, H=7M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2025	UN	1,00	1.730,79	BDI 1	2.135,45	2.135,45	RA
2.5.5.	SINAPI	93663	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	1,00	58,42	BDI 1	72,08	72,08	RA
2.5.6.	SINAPI	93662	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	5,00	56,38	BDI 1	69,56	347,80	RA
2.5.7.	SINAPI	93665	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 40A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	2,00	65,87	BDI 1	81,27	162,54	RA
2.5.8.	SINAPI	101657	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 98 W ATÉ 137 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2025_PS	UN	8,00	321,13	BDI 1	396,21	3.169,68	RA
2.5.9.	SINAPI	105953	POSTE DE AÇO CÔNICO CONTÍNUO RETO, ENGASTAMENTO SIMPLES COM 1 M DE SOLO, H=7M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2025	UN	1,00	1.730,79	BDI 1	2.135,45	2.135,45	RA
2.5.10.	SINAPI	96985	HASTE DE ATERRAMENTO, DIÂMETRO 5/8", COM 3 METROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	UN	1,00	89,31	BDI 1	110,19	110,19	RA

RECURSO  
↓



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA  
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo  
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 1107633 - 60	Nº TransfereGOV 991049	PROponente / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA	Apelido do Empreendimento Construção de Praças Públicas			
LOCALIDADE SINAPI SALVADOR	DATA BASE 12-25 (N DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE Construção de Praças Públicas na sede do município de Paripiranga/BA	MUNICÍPIO / UF PARIPIRANGA/BA	BDI 1 23,38%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
Construção de Praças Públicas na sede do município de Paripiranga/BA									498.452,96	
2.5.11.	SINAPI	91931	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	240,00	10,94	BDI 1	13,50	3.240,00	RA
2.5.12.	SINAPI	104750	CONECTOR GRAMPO METÁLICO TIPO OLHAL, PARA SPDA, PARA HASTE DE ATERRAMENTO DE 5/8" E CABOS DE 10 A 50 MM2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	UN	1,00	18,15	BDI 1	22,39	22,39	RA
2.5.13.	SINAPI-I	41627	CAIXA DE CONCRETO ARMADO PRE-MOLDADO, COM FUNDO E TAMPA, DIMENSOES DE 0,30 X 0,30 X 0,30 M	UN	1,00	184,99	BDI 1	228,24	228,24	RA
2.5.14.	SINAPI-I	3380	HASTE DE ATERRAMENTO EM AÇO COM 3,00 M DE COMPRIMENTO E DN = 5/8", REVESTIDA COM BAIXA CAMADA DE COBRE, COM CONECTOR TIPO GRAMPO	UN	1,00	77,21	BDI 1	95,26	95,26	RA
2.5.15.	ORSE	12370	Cabo de cobre nú 10 mm2 - fornecimento e assentamento (10,85m/kg)	kg	4,00	128,63	BDI 1	158,70	634,80	RA
2.5.16.	ORSE	8174	Grampo de cobre tipo unha c/bucha e parafuso nº10, para fixação de cabo cobre nú	un	5,00	7,70	BDI 1	9,50	47,50	RA
2.5.17.	SINAPI-I	2618	CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO, EM AÇO GALVANIZADO ELETROLITICO, COM ROSCA, DIAMETRO DE 32 MM (1 1/4"), ESPESSURA DE 1,50 MM	UN	80,00	11,41	BDI 1	14,08	1.126,40	RA
2.5.18.	SINAPI-I	2685	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 1", SEM LUVA	M	14,00	7,04	BDI 1	8,69	121,66	RA
2.5.19.	SINAPI	91880	LUVA PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	3,00	9,24	BDI 1	11,40	34,20	RA
2.6.			(PAISAGISMO)					-	6.654,18	
2.6.1.	ORSE	2394	Fornecimento e espalhamento de terra vegetal preparada	m3	21,41	228,20	BDI 1	281,55	6.027,99	RA
2.6.2.	SINAPI-I	3322	GRAMA ESMERALDA OU SAO CARLOS OU CURITIBANA, EM PLACAS, SEM PLANTIO	M2	30,69	13,95	BDI 1	17,21	528,17	RA
2.6.3.	ORSE-I	7153	Planta - Sibipiruna (caesalpinia peltophoroides)	un	2,00	39,72	BDI 1	49,01	98,02	RA
2.7.			(PARQUE DE MADEIRA)					-	5.736,68	
2.7.1.	ORSE	9483	Brinquedo - Gangorra em madeira eucalipto d=20cm, com pintura esmalte sintéti co, conforme projeto p/Orla Atalaia Nova	un	1,00	1.353,46	BDI 1	1.669,90	1.669,90	RA
2.7.2.	ORSE	4868	Balanço para parque com assento de madeira, corrente revestida c/mangueira p lástica transp., fixado em tubo ferro galv.4"existente.	un	3,00	277,05	BDI 1	341,82	1.025,46	RA
2.7.3.	ORSE	7185	Escorregadeira em madeira c/2,50m de pista (Sergipark ou similar)	un	1,00	2.465,00	BDI 1	3.041,32	3.041,32	RA
2.8.			(DIVERSOS)					-	5.707,21	
2.8.1.	SINAPI	102498	PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CAIAÇÃO). AF_05/2021	M	54,21	1,97	BDI 1	2,43	131,73	RA
2.8.2.	ORSE	2450	Limpeza geral	m2	137,65	2,63	BDI 1	3,24	445,99	RA
2.8.3.	SINAPI-I	10848	PLACA DE INAUGURACAO METALICA, *40* CM X *60* CM	UN	1,00	1.138,17	BDI 1	1.404,27	1.404,27	RA

RECURSO  
↓



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA  
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo  
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 1107633 - 60	Nº TransfereGOV 991049	PROPONENTE / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA	APELIDO DO EMPREENDIMENTO Construção de Praças Públicas			
LOCALIDADE SINAPI SALVADOR	DATA BASE 12-25 (N DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE Construção de Praças Públicas na sede do município de Paripiranga/BA	MUNICÍPIO / UF PARIPIRANGA/BA	BDI 1 23,38%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
Construção de Praças Públicas na sede do município de Paripiranga/BA									498.452,96	
2.8.4.	SINAPI	103307	INSTALAÇÃO DE LIXEIRA METÁLICA DUPLA, CAPACIDADE DE 60 L, EM TUBO DE AÇO CARBONO E CESTOS EM CHAPA DE AÇO COM PINTURA ELETROSTÁTICA, SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_11/2021	UN	1,00	1.359,10	BDI 1	1.676,86	1.676,86	RA
2.8.5.	ORSE	3740	Mesa de concreto com 02 bancos integrados	Un	2,00	830,10	BDI 1	1.024,18	2.048,36	RA
3.			(Administração Local)					-	140.475,48	
3.1.			(administração local)					-	140.475,48	
3.1.1.	SINAPI	90777	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	480,00	135,10	BDI 1	166,69	80.011,20	RA
3.1.2.	SINAPI	93572	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	6,00	8.167,76	BDI 1	10.077,38	60.464,28	RA

Encargos sociais: Para elaboração deste orçamento, foram utilizados os encargos sociais do SINAPI para a Unidade da Federação indicada.

Observações:

Foi considerado arredondamento de duas casas decimais para Quantidade; Custo Unitário; BDI; Preço Unitário; Preço Total.  
Siglas da Composição do Investimento: RA - Rateio proporcional entre Repasse e Contrapartida; RP - 100% Repasse; CP - 100% Contrapartida; OU - 100% Outros.

PARIPIRANGA/BA  
Local  
quarta-feira, 4 de fevereiro de 2026  
Data

Responsável Técnico  
Nome: Maria Andreza Santana Almeida  
CREA/CAU: 3000168250  
ART/RRT: BA20261365314



CFF - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO  
OGU

Grau de Sigilo  
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 1107633 - 60	Nº TGOV 991049	PROPONENTE TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIP	APELIDO EMPREENDIMENTO Construção de Praças Públicas	DESCRIÇÃO DO LOTE Construção de Praças Públicas na sede do município de Paripiranga/BA
-----------------------------	-------------------	---	---	---

Item	Descrição	Valor (R\$)	Parcelas:	1 08/25	2 09/25	3 10/25	4 11/25	5 12/25	6 01/26	7 02/26	8 03/26	9 04/26	10 05/26	11 06/26	12 07/26
1.	(CONSTRUÇÃO PRAÇA PADRE VICENT	267.275,23	% Período:	39,91%	25,27%	34,82%									
1.1.	(SERVIÇOS PRELIMINARES)	79.301,40	% Período:	100,00%											
1.2.	(DEMOLIÇÃO)	13.720,05	% Período:	100,00%											
1.3.	(MOVIMENTAÇÃO DE TERRA)	5.440,45	% Período:	15,96%	84,04%										
1.4.	(PAVIMENTAÇÃO)	55.724,36	% Período:		47,19%	52,81%									
1.5.	(SISTEMA ELÉTRICO)	97.411,96	% Período:	13,12%	27,34%	59,54%									
1.6.	(PAISAGISMO)	4.628,95	% Período:		100,00%										
1.7.	(DIVERSOS)	11.048,06	% Período:		48,90%	51,10%									
2.	(CONSTRUÇÃO DA PRAÇA JOSÉ DAS 1	90.702,25	% Período:				41,99%	26,77%	31,25%						
2.1.	(SERVIÇOS PRELIMINARES)	20.176,14	% Período:				100,00%								
2.2.	(MOVIMENTAÇÃO DE TERRA)	2.466,38	% Período:				100,00%								
2.3.	(MURO DE CONTENÇÃO)	13.954,75	% Período:				100,00%								
2.4.	(PAVIMENTAÇÃO)	19.097,13	% Período:				7,78%	50,01%	42,21%						
2.5.	(SISTEMA ELÉTRICO)	16.909,78	% Período:					87,09%	12,91%						
2.6.	(PAISAGISMO)	6.654,18	% Período:						100,00%						
2.7.	(PARQUE DE MADEIRA)	5.736,68	% Período:						100,00%						
2.8.	(DIVERSOS)	5.707,21	% Período:						100,00%						
3.	(Administração Local)	140.475,48	% Período:	16,67%	16,67%	16,67%	16,67%	16,67%	16,67%						
3.1.	(administração local)	140.475,48	% Período:	16,67%	16,67%	16,67%	16,67%	16,67%	16,67%						
Total: R\$ 498.452,96			%:	26,10%	18,24%	23,37%	12,34%	9,57%	10,38%						
Período:	Repasso:	127.056,88		88.823,09	113.770,98	60.062,74	46.578,68	50.549,63							
	Contrapartida:	3.030,25		2.118,39	2.713,38	1.432,47	1.110,88	1.205,59							
	Outros:	-		-	-	-	-	-							
	Investimento:	130.087,13		90.941,48	116.484,36	61.495,21	47.689,56	51.755,22							
Acumulado:	%:	26,10%		44,34%	67,71%	80,05%	89,62%	100,00%							
	Repasso:	127.056,88		215.879,97	329.650,95	389.713,69	436.292,37	486.842,00							
	Contrapartida:	3.030,25		5.148,64	7.862,02	9.294,49	10.405,37	11.610,96							
	Outros:	-		-	-	-	-	-							
	Investimento:	130.087,13		221.028,61	337.512,97	399.008,18	446.697,74	498.452,96							
Administração Local:				16,67%	33,33%	50,00%	66,67%	83,33%	100,00%						

PARIPIRANGA/BA

Local

quarta-feira, 4 de fevereiro de 2026

Data

Responsável Técnico

Nome: Maria Andreza Santana Almeida

CREA/CAU: 3000168250

ART/RRT: BA20261365314

FIL ← FILTRO

F

F

F

F

F

F

F

F

F

F

F

FFF  
EF  
EF  
E

•

7

77

77

77

7

11

F

F

F

F

F

F

F

F

Nº OPERAÇÃO  
1107633 - 60Nº TRANSFEREGOV  
991049PROPONENTE / TOMADOR  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA

## APELIDO DO EMPREENDIMENTO / DESCRIÇÃO DO LOTE

Construção de Praças Públicas / Construção de Praças Públicas na sede do município de Paripiranga/BA

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:	100,00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):	5,00%

## BDI 1

## TIPO DE OBRA

Construção de Praças Urbanas, Rodovias, Ferrovias e recapeamento e pavimentação de vias urbanas

Itens	Siglas	% Adotado
Administração Central	AC	3,80%
Seguro e Garantia	SG	0,32%
Risco	R	0,50%
Despesas Financeiras	DF	1,02%
Lucro	L	6,64%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	5,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - Lei 12.546 de 14/12/2011 - Desoneração)	CPRB	0,00%
BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	23,38%

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI = \frac{(1+AC + S + R + G)*(1 + DF)*(1+L)}{(1-CP-ISS-CRPB)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo deste tipo de obra corresponde à 100%, com a respectiva alíquota de 5%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi SEM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Observações:

PARIPIRANGA/BA  
Localquarta-feira, 4 de fevereiro de 2026  
Data

Responsável Técnico

Nome: Maria Andreza Santana Almeida

CREA/CAU: 3000168250

ART/RRT: BA20261365314



QCI - Quadro de Composição do Investimento

Grau de Sigilo  
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 1107633 - 60	Nº TransfereGOV 991049	PROPONENTE / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA	MUNICÍPIO / UF PARIPIRANGA/BA	VALORES CONTRATADOS (R\$):		
APELIDO DO EMPREENDIMENTO Construção de Praças Públicas			RECURSO OGU	REPASSE 486.842,00	CONTRAPARTIDA 500,00	INVESTIMENTO 487.342,00

ERRO: SALDO NEGATIVO

Saldo a Reprogramar	Repasse (R\$) -	Contrapartida (R\$) -11.110,96
---------------------	--------------------	-----------------------------------

Meta	Item de Investimento	Subitem de Investimento	Descrição da Meta	Situação	Quantidade	Unid.	Lote de Licitação / nº do CTEF	Repasse (R\$)	Contrapartida Financeira (R\$)	Outros (R\$)	Investimento (R\$)
1.	Equipamentos comunitários	Lazer e turismo	(CONSTRUÇÃO PRAÇA PADRE VICENTE VALENTIM)	Em Análise	303,64	m²	LOTE 1	261.049,32	6.225,91	-	267.275,23
2.	Equipamentos comunitários	Lazer e turismo	(CONSTRUÇÃO DA PRAÇA JOSÉ DAS VIRGENS BONFIM NETO)	Em Análise	137,65	m²	LOTE 1	88.589,43	2.112,82	-	90.702,25
3.	Equipamentos comunitários	Lazer e turismo	(Administração Local)	Em Análise	441,29	m²	LOTE 1	137.203,25	3.272,23	-	140.475,48
TOTAL								486.842,00 ( 97,67% )	11.610,96 ( 2,33% )	- ( 0,00% )	498.452,96 ( 100,00% )

Observações:

PARIPIRANGA/BA  
Local  
quarta-feira, 4 de fevereiro de 2026  
Data

Representante Tomador  
Nome: Talisson Santa Rosa Nascimento  
Cargo: Prefeito Municipal

**PLQ - PLANILHA DE LEVANTAMENTO DE QUANTIDADES**

Memória de Cálculo - OGU

Grau de Sigilo

#PUBLICO

| APELIDO DO EMPREENDIMENTO

## Construção de Praças Públicas

**Nº TransfereGOV**

991049

| Nº OPERAÇÃO

1107633 - 60

| PROPONENTE / TOMADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA

| Nº OPERAÇÃO

1107633 - 60

| PROPONENTE / TOMADOR

PREFEITURA MUNICIPAL D

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Memoória de Cálculo
<b>Construção de Praças Públicas na sede do município de Paripiranga/BA</b>				
1.	(CONSTRUÇÃO PRAÇA PADRE VICENTE VALENTIM)		-	
1.1.	(SERVIÇOS PRELIMINARES)		-	
1.1.1.	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	M2	6,00	comprimento x altura= 3x2= 6
1.1.2.	TAPUME COM TELHA METÁLICA. AF_03/2024	M2	621,72	82,9+82,9+2,24+2,24+68,57+68,57 +1,72+1,72= 671,72
1.1.3.	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREA, TRIFÁSICA, COM CAIXA DE EMBUTIR, CABO DE 10 MM2 E DISJUNTOR DIN 50A (NÃO INCLUSO O POSTE DE CONCRETO). AF_12/2025	UN	1,00	1 entrada de energia para executar obra
1.1.4.	CAIXA D'ÁGUA / RESERVATÓRIO EM POLIESTER REFORÇADO COM FIBRA DE VIDRO, 3000 LITROS, COM TAMPA	UN	1,00	Armazenamento de água para executar obra
1.2.	(DEMOLIÇÃO)		-	
1.2.1.	REMOÇÃO DE RAÍZES REMANESCENTES DE TRONCO DE ÁRVORE COM DIÂMETRO MAIOR OU IGUAL A 0,60 M. AF_03/2024	UN	20,00	remoção de arvores do canteiro existente
1.2.2.	REMOÇÃO DE ENTULHO CLASSE A (ALVENARIA, CONCRETO, ARGAMASSAS E CERÂMICOS) POR DUTO DE ENTULHO E ACONDICIONAMENTO FINAL EM CAÇAMBA ESTACIONÁRIA. EXCLUSO FRETE. AF_09/2025	M3	30,31	82,9+82,9+2,24+2,24+68,57+68,57 +1,72+1,72= 310,86x0,50(altura do canteiro)x0,15(espessura do bloco e reboco)= 23,31x1,3(coeficiente de empolamento)= 30,31
1.2.3.	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M3	30,31	82,9+82,9+2,24+2,24+68,57+68,57 +1,72+1,72= 310,86x0,50(altura do canteiro)x0,15(espessura do bloco e reboco)= 23,31x1,3(coeficiente de empolamento)= 30,31
1.3.	(MOVIMENTAÇÃO DE TERRA)		-	
1.3.1.	MARCAÇÃO DE PONTOS EM GABARITO OU CAVALETE. AF_03/2024	UN	303,64	(82,9x2,24)+(68,57x1,72)=185,7+117,94=303,64
1.3.2.	ATERRO MANUAL DE VALAS COM AREIA PARA ATERRO. AF_08/2023	M3	18,22	(82,9x2,24)+(68,57x1,72)= 185,7+117,94=303,64x0,06= 18,22
1.3.3.	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO, PARA OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DE PAVIMENTOS. AF_09/2024	M2	303,64	(82,9x2,24)+(68,57x1,72)=185,7+117,94=303,64
1.4.	(PAVIMENTAÇÃO)		-	
1.4.1.	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO CURVO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	310,86	82,9+82,9+2,24+2,24+68,57+68,57 +1,72+1,72= 310,86
1.4.2.	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_10/2022	M2	303,64	(82,9x2,24)+(68,57x1,72)= 185,7+117,94=303,64
1.4.3.	RAMPA DE ACESSIBILIDADE EM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, EM CALÇADA NOVA COM LARGURA MENOR À 3,00 M, FCK 25MPA, COM PISO PODOTÁTIL. AF_03/2024	M2	4,00	02 rampas em cada praça
1.4.4.	Impermeabilização - Aplicação de Frioasfalto - 02 demãos	m2	37,87	82,9x0,20(largura do reparo do asfalto)+68,57x0,20=30,29 m²
1.5.	(SISTEMA ELÉTRICO)		-	
1.5.1.	Mureta de alvenaria 1,50 x 0,60m	un	2,00	2 unidade para ligar padrão de energia
1.5.2.	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREA, BIFÁSICA, COM CAIXA DE SOBREPOR, CABO DE 25 MM2 E DISJUNTOR DIN 50A (NÃO INCLUSO O POSTE DE CONCRETO). AF_12/2025	UN	2,00	Entrada de energia elétrica bifásica demanda entre 10,1 e 12,7 kw - Rev 01
1.5.3.	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, DE EMBUTIR, EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, PARA 12 DISJUNTORES DIN, 100 A	UN	2,00	2 unidade para ligar padrão de energia

FRENTES DE OBRA:		Pc Pe, Vicente Valentim, (ADMINISTRA ÇÃO PRELIMINAR	Pc Pe, Vicente Valentim, (MOVIMENTA ÇÃO, PAVIMENTAÇÃO	Pc Pe, Vicente Valentim,(PAV IMENTAÇÃO, SISTEMA ELÉTRICO,	Pc Jose das Virgens Bomfim,(ADM NISTRAÇÃO, SISTEMA	Pc Jose das Virgens Bomfim,(PAV IMENTAÇÃO, SISTEMA	Pc Jose das Virgens Bomfim,(PAV IMENTAÇÃO,
Agrupador de Eventos	1	2	3	4	5	6	
TOTAL FINANC. POR FRENTE (R\$):	130.087,13	90.941,48	116.484,36	61.495,21	47.689,56	51.755,21	
(SERVIÇOS PRELIMINARES)	6,00						
(SERVIÇOS PRELIMINARES)	621,72						
(SERVIÇOS PRELIMINARES)	1,00						
(SERVIÇOS PRELIMINARES)	1,00						
(DEMOLIÇÃO)	20,00						
(DEMOLIÇÃO)	30,31						
(DEMOLIÇÃO)	30,31						
(MOVIMENTAÇÃO DE TERRA)	303,64						
(MOVIMENTAÇÃO DE TERRA)		18,22					
(MOVIMENTAÇÃO DE TERRA)		303,64					
(PAVIMENTAÇÃO)		155,43	155,43				
(PAVIMENTAÇÃO)		151,82	151,82				
(PAVIMENTAÇÃO)			4,00				
(PAVIMENTAÇÃO)			37,87				
(SISTEMA ELÉTRICO)	1,00		1,00				
(SISTEMA ELÉTRICO)	1,00		1,00				
(SISTEMA ELÉTRICO)	1,00		1,00				



PLQ - PLANILHA DE LEVANTAMENTO DE QUANTIDADES  
Memória de Cálculo - OGU

Grau de Sigilo  
#PUBLICO

APELIDO DO EMPREENDIMENTO  
Construção de Praças Públicas

Nº TransfereGOV  
991049

Nº OPERAÇÃO  
1107633 - 60

PROPONENTE / TOMADOR  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA

Nº OPERAÇÃO  
1107633 - 60

PROPONENTE / TOMADOR  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Memória de Cálculo
Construção de Praças Públicas na sede do município de Paripiranga/BA				
1.5.4.	POSTE DE AÇO CÔNICO CONTÍNUO RETO, ENGASTAMENTO SIMPLES COM 1 M DE SOLO, H=7M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2025	UN	2,00	2 unidade para ligar padrão de energia
1.5.5.	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 50A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	4,00	conforme projeto elétrico
1.5.6.	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	4,00	conforme projeto elétrico
1.5.7.	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	4,00	conforme projeto elétrico
1.5.8.	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 40A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	4,00	conforme projeto elétrico
1.5.9.	*Caixa de passagem cp1-060 (40x40x60cm)	un	32,00	conforme projeto elétrico
1.5.10.	POSTE DE AÇO CÔNICO CONTÍNUO CURVO DUPLO, ENGASTAMENTO SIMPLES COM 1 M DE SOLO, H=9M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2025	UN	14,00	14 unidades de postes distribuídos a cada 10 metros.
1.5.11.	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 98 W ATÉ 137 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2025_PS	UN	56,00	são 4 luminárias de 100w por poste, sendo assim: 14x4= 56 unidades
1.5.12.	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	480,30	1 metro da caixa de passagem até o poste: (1x14)= 14 metros + 55,15+90,95( ligação entres os postes) = 160,10 m X 3 fases=480,3
1.5.13.	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO) COM 1 TOMADA DE EMBUTIR 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	2,00	conforme projeto elétrico
1.5.14.	CAIXA DE CONCRETO ARMADO PRE-MOLDADO, COM FUNDO E TAMPA, DIMENSOES DE 0,30 X 0,30 X 0,30 M	UN	1,00	conforme projeto elétrico
1.5.15.	CONECTOR GRAMPO METÁLICO TIPO OLHAL, PARA SPDA, PARA HASTE DE ATERRAMENTO DE 5/8" E CABOS DE 10 A 50 MM2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	UN	1,00	conforme projeto elétrico
1.5.16.	HASTE DE ATERRAMENTO EM AÇO COM 3,00 M DE COMPRIMENTO E DN = 5/8", REVESTIDA COM BAIXA CAMADA DE COBRE, COM CONECTOR TIPO GRAMPO	UN	3,00	conforme projeto elétrico
1.5.17.	Cabo de cobre nú 10 mm2 - fornecimento e assentamento (10,85m/kg)	kg	8,00	conforme projeto elétrico
1.5.18.	Grampo de cobre tipo unha c/bucha e parafuso nº10, para fixação de cabo cobre nú	un	16,00	conforme projeto elétrico
1.5.19.	CAIXA DE GRAMPO PARA ELETRODUTO, EM AÇO GALVANIZADO ELETROLITICO, COM DOSSA DIAMETRO DE 20 MM (4 UN) FORNECIDA	UN	5,00	conforme projeto elétrico
1.5.20.	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 1", SEM LUVA	M	160,10	conforme projeto elétrico
1.5.21.	LUVA PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	27,00	conforme projeto elétrico
1.6.	(PAISAGISMO)		-	
1.6.1.	Grama esmeralda em placas, fornecimento e plantio	m2	8,00	são 4 canteiros, cada 1 com uma média de 2 metros quadrados. 2 x4=8
1.6.2.	Planta - Sibipiruna (caesalpinia peltophoroides)	un	21,00	21 arvores conforme destruidas no projeto
1.6.3.	TERRA VEGETAL (GRANEL)	M3	16,15	21 arvores com 0,50 m²x 1,5 metros de profundidade= 0,75 m³ x 21= 15, 75 + 0,80x0,5( canteiro)=16,15
1.7.	(DIVERSOS)		-	
1.7.1.	PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CAIAÇÃO). AF_05/2021	M	310,86	quantidade de meio fio instalado
1.7.2.	Limpeza geral	m2	303,64	área de praça construída
1.7.3.	PLACA DE INAUGURACAO METALICA, "40" CM X "60" CM	UN	1,00	1 unidade de placa
1.7.4.	Pintura de acabamento com fixamento, aplicação de 01 demão de tinta à base de zarcão e 02 demãos de tinta esmalte	m2	67,20	Pintura de todos os postes de iluminação instalados.

FRENTES DE OBRA:

Agrupador de Eventos	Pc Pe, Vicente Valerm. (ADMINISTRAÇÃO, PRELIMINAR	1	Pc Pe, Vicente Valerm. (MOVIMENTAÇÃO, PAVIMENTAÇÃO	2	Pc Pe, Vicente Valerm. (PAVIMENTAÇÃO, SISTEMA ELÉTRICO, PAVIMENTAÇÃO	3	Pc Jose das Virgens Bonfim. (ADM PRELIMINAR	4	Pc Jose das Virgens Bonfim. (PAVIMENTAÇÃO, SISTEMA ELÉTRICO, PAVIMENTAÇÃO	5	Pc Jose das Virgens Bonfim. (PAVIMENTAÇÃO, SISTEMA ELÉTRICO, PAVIMENTAÇÃO	6
TOTAL FINANC. POR FRENTE (R\$):		130.087,13		90.941,48		116.484,36		61.495,21		47.689,56		51.755,22
(SISTEMA ELÉTRICO)		1,00				1,00						
(SISTEMA ELÉTRICO)		2,00				2,00						
(SISTEMA ELÉTRICO)		2,00				2,00						
(SISTEMA ELÉTRICO)		2,00				2,00						
(SISTEMA ELÉTRICO)		2,00				2,00						
(SISTEMA ELÉTRICO)		16,00				16,00						
(SISTEMA ELÉTRICO)				7,00		7,00						
(SISTEMA ELÉTRICO)						56,00						
(SISTEMA ELÉTRICO)				240,15		240,15						
(SISTEMA ELÉTRICO)						2,00						
(SISTEMA ELÉTRICO)				1,00								
(SISTEMA ELÉTRICO)				1,00								
(SISTEMA ELÉTRICO)				3,00								
(SISTEMA ELÉTRICO)				8,00								
(SISTEMA ELÉTRICO)				16,00								
(SISTEMA ELÉTRICO)				5,00								
(SISTEMA ELÉTRICO)				160,10								
(SISTEMA ELÉTRICO)				27,00								
(PAISAGISMO)				8,00								
(PAISAGISMO)				21,00								
(PAISAGISMO)				16,15								
(DIVERSOS)						310,86						
(DIVERSOS)						303,64						
(DIVERSOS)						1,00						
(DIVERSOS)						67,20						



PLQ - PLANILHA DE LEVANTAMENTO DE QUANTIDADES  
Memória de Cálculo - OGU

Grau de Sigilo  
#PUBLICO

APELIDO DO EMPREENDIMENTO  
Construção de Praças Públicas

Nº TransfereGOV  
991049

Nº OPERAÇÃO  
1107633 - 60

PROPONENTE / TOMADOR  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA

Nº OPERAÇÃO  
1107633 - 60

PROPONENTE / TOMADOR  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Memória de Cálculo
Construção de Praças Públicas na sede do município de Paripiranga/BA				
1.7.5.	Mesa de concreto com 02 bancos integrados	Un	2,00	conforme projeto executivo
1.7.6.	INSTALAÇÃO DE LIXEIRA METÁLICA DUPLA, CAPACIDADE DE 60 L, EM TUBO DE AÇO CARBONO E CESTOS EM CHAPA DE AÇO COM PINTURA ELETROSTÁTICA, SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_11/2021	UN	2,00	conforme projeto executivo
2.	(CONSTRUÇÃO DA PRAÇA JOSÉ DAS VIRGENS BONFIM NETO)		-	
2.1.	(SERVIÇOS PRELIMINARES)		-	
2.1.1.	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	M2	6,00	larguraxaltura= 3x2= 6
2.1.2.	TAPUME COM TELHA METÁLICA. AF_03/2024	M2	108,42	
2.1.3.	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREA, BIFÁSICA, COM CAIXA DE EMBUTIR, CABO DE 10 MM2 E DISJUNTOR DIN 50A (NÃO INCLUSO O POSTE DE CONCRETO). AF_12/2025	UN	1,00	1 entrada de energia para executar obra
2.1.4.	CAIXA D'ÁGUA / RESERVATÓRIO EM POLIESTER REFORCADO COM FIBRA DE VIDRO, 3000 LITROS, COM TAMPA	UN	1,00	Armazenamento de água para executar obra
2.2.	(MOVIMENTAÇÃO DE TERRA)		-	
2.2.1.	MARCAÇÃO DE PONTOS EM GABARITO OU CAVALETE. AF_03/2024	UN	137,65	área da praça= 137,65
2.2.2.	ATERRO MANUAL DE VALAS COM AREIA PARA ATERRO. AF_08/2023	M3	8,26	area da praça: 137,65+0,06( espessua de aterro)= 8,26
2.2.3.	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO, PARA OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DE PAVIMENTOS. AF_09/2024	M2	137,65	área da praça= 137,65
2.3.	(MURO DE CONTENÇÃO)		-	
2.3.1.	Alvenaria pedra calcária aparente argamassada no traço 1:5 - 1 saco cimento 5 0kg / 5 padiolas areia dim. 0,35x0,45x0,23m - Confeção mecânica e transport e	m3	19,20	8x4x0,60= 19,2
2.4.	(PAVIMENTAÇÃO)		-	
2.4.1.	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO CURVO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	54,21	17,32+21,09+12,76+3,04=54,21
2.4.2.	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_10/2022	M2	137,65	área da praça= 137,65
2.4.3.	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO, PARA OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DE PAVIMENTOS. AF_09/2024	M2	1,00	01 rampa onde melhor for a locomoção
2.5.	(SISTEMA ELÉTRICO)		-	
2.5.1.	Mureta de alvenaria 1,50 x 0,60m	un	1,00	1 unidade para ligar padrão de energia
2.5.2.	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREA, BIFÁSICA, COM CAIXA DE SOBREPOR, CABO DE 25 MM2 E DISJUNTOR DIN 50A (NÃO INCLUSO O POSTE DE CONCRETO). AF_12/2025	UN	1,00	1 unidade para ligar padrão de energia
2.5.3.	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, DE EMBUTIR, EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, PARA 12 DISJUNTORES DIN, 100 A	UN	1,00	1 unidade para ligar padrão de energia
2.5.4.	POSTE DE AÇO CÔNICO CONTÍNUO RETO, ENGASTAMENTO SIMPLES COM 1 M DE SOLO, H=7M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2025	UN	1,00	conforme projeto elétrico
2.5.5.	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	1,00	conforme projeto elétrico
2.5.6.	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	5,00	conforme projeto elétrico
2.5.7.	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 40A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	2,00	02 unidades de postes distribuídos pela praça.
2.5.8.	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 98 W ATÉ 137 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2025_PS	UN	8,00	são 4 luminárias de 100w por poste, sendo assim: 2x4= 8 unidades

FRENTES DE OBRA:

Agrupador de Eventos	Pc Pe, Vicente Valerm. (ADMINISTRAÇÃO, PRELIMINAR	1	Pc Pe, Vicente Valerm. (MOVIMENTAÇÃO, PAVIMENTAÇÃO	2	Pc Pe, Vicente Valerm. (PAVIMENTAÇÃO, SISTEMA ELÉTRICO, PAVIMENTAÇÃO	3	Pc Pe, Vicente Valerm. (ADM Virgens Bonfim, (ADM PRELIMINAR	4	Pc Pe, Vicente Valerm. (PAVIMENTAÇÃO, MENTAÇÃO, SISTEMA	5	Pc Pe, Vicente Valerm. (PAVIMENTAÇÃO, ELÉTRICO,	6
TOTAL FINANC. POR FRENTE (R\$):		130.087,13		90.941,48		116.484,36		61.495,21		47.689,56		51.755,22
(DIVERSOS)				2,00								
(DIVERSOS)				2,00								
(SERVIÇOS PRELIMINARES)								6,00				
(SERVIÇOS PRELIMINARES)								108,42				
(SERVIÇOS PRELIMINARES)								1,00				
(SERVIÇOS PRELIMINARES)								1,00				
(MOVIMENTAÇÃO DE TERRA)								137,65				
(MOVIMENTAÇÃO DE TERRA)								8,26				
(MOVIMENTAÇÃO DE TERRA)								137,65				
(MURO DE CONTENÇÃO)								19,20				
(PAVIMENTAÇÃO)								27,11		27,10		
(PAVIMENTAÇÃO)										68,82		68,83
(PAVIMENTAÇÃO)										1,00		
(SISTEMA ELÉTRICO)										1,00		
(SISTEMA ELÉTRICO)										1,00		
(SISTEMA ELÉTRICO)										1,00		
(SISTEMA ELÉTRICO)										1,00		
(SISTEMA ELÉTRICO)										1,00		
(SISTEMA ELÉTRICO)										5,00		
(SISTEMA ELÉTRICO)										2,00		
(SISTEMA ELÉTRICO)										8,00		



PLQ - PLANILHA DE LEVANTAMENTO DE QUANTIDADES  
Memória de Cálculo - OGU

Grau de Sigilo  
#PUBLICO

APELIDO DO EMPREENDIMENTO  
Construção de Praças Públicas

Nº TransfereGOV  
991049

Nº OPERAÇÃO  
1107633 - 60

PROPONENTE / TOMADOR  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA

Nº OPERAÇÃO  
1107633 - 60

PROPONENTE / TOMADOR  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Memória de Cálculo
Construção de Praças Públicas na sede do município de Paripiranga/BA				
2.5.9.	POSTE DE AÇO CÔNICO CONTÍNUO RETO, ENGASTAMENTO SIMPLES COM 1 M DE SOLO, H=7M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2025	UN	1,00	conforme projeto elétrico
2.5.10.	HASTE DE ATERRAMENTO, DIÂMETRO 5/8", COM 3 METROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	UN	1,00	conforme projeto elétrico
2.5.11.	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	240,00	15 metro da caixa de passagem até os postes: (2x15)= 30 metros + 50 metros até a rede= 80 metros x 3 fases= 240
2.5.12.	CONECTOR GRAMPO METÁLICO TIPO OLHAL, PARA SPDA, PARA HASTE DE ATERRAMENTO DE 5/8" E CABOS DE 10 A 50 MM² - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	UN	1,00	conforme projeto elétrico
2.5.13.	CAIXA DE CONCRETO ARMADO PRE-MOLDADO, COM FUNDO E TAMPA, DIMENSOES DE 0,30 X 0,30 X 0,30 M	UN	1,00	conforme projeto elétrico
2.5.14.	HASTE DE ATERRAMENTO EM AÇO COM 3,00 M DE COMPRIMENTO E DN = 5/8", REVESTIDA COM BAIXA CAMADA DE COBRE, COM CONECTOR TIPO GRAMPO	UN	1,00	conforme projeto elétrico
2.5.15.	Cabo de cobre nú 10 mm² - fornecimento e assentamento (10,85m/kg)	kg	4,00	conforme projeto elétrico
2.5.16.	Grampo de cobre tipo unha c/bucha e parafuso nº10, para fixação de cabo cobre nú	un	5,00	conforme projeto elétrico
2.5.17.	CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO, EM AÇO GALVANIZADO ELETROLITICO, COM ROSCA, DIAMETRO DE 32 MM (1 1/4"), ESPESSURA DE 1,50 MM	UN	80,00	conforme projeto elétrico
2.5.18.	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 1", SEM LUVA	M	14,00	conforme projeto elétrico
2.5.19.	LUVA PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	3,00	conforme projeto elétrico
2.6.	(PAISAGISMO)		-	
2.6.1.	Fornecimento e espalhamento de terra vegetal preparada	m3	21,41	2 arvores com 0,50 m³x 1,5 metros de profundidade= 1,5 m³ x 2= 3 m³ + 30,69x0,6( canteiro)= 21,41m³
2.6.2.	GRAMA ESMERALDA OU SAO CARLOS OU CURITIBANA, EM PLACAS, SEM PLANTIO	M2	30,69	canteiro para o parque= 30,69
2.6.3.	Planta - Stbipiruna (caesalpinia peltophoroides)	un	2,00	2 plantas na praça
2.7.	(PARQUE DE MADEIRA)		-	
2.7.1.	Brinquedo - Gangorra em madeira eucalipto d=20cm, com pintura esmalte sintético, conforme projeto p/Orla Atalaia Nova	un	1,00	1 unidade para praça
2.7.2.	Balanço para parque com assento de madeira, corrente revestida c/mangueira plástica transp., fixado em tubo ferro galv. 4"existente.	un	3,00	3 unidade para praça
2.7.3.	Escorregadeira em madeira c/2,50m de pista (Sergipark ou similar)	un	1,00	1 unidade para praça
2.8.	(DIVERSOS)		-	
2.8.1.	PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CAIAÇÃO). AF_05/2021	M	54,21	17,32+21,09+12,76+3,04=54,21
2.8.2.	Limpeza geral	m2	137,65	área da praça= 137,65
2.8.3.	PLACA DE INAUGURACAO METALICA, "40" CM X "60" CM	UN	1,00	1 unidade de placa
2.8.4.	INSTALAÇÃO DE LIXEIRA METÁLICA DUPLA, CAPACIDADE DE 60 L, EM TUBO DE AÇO CARBONO E CESTOS EM CHAPA DE AÇO COM PINTURA ELETROSTÁTICA, SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_11/2021	UN	1,00	conforme projeto executivo
2.8.5.	Mesa de concreto com 02 bancos integrados	Un	2,00	conforme projeto executivo
3.	(Administração Local)		-	
3.1.	(administração local)		-	
3.1.1.	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	480,00	20 horas por semana x 4 semanas= 80 horas x 6 meses= 480 horas
3.1.2.	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	6,00	tempo de duração da obra = 6 meses

FRENTES DE OBRA:

Agrupador de Eventos	Pc Pe. Vicente Valentin. (ADMINISTRAÇÃO, PRELIMINAR	Pc Pe. Vicente Valentin. (MOVIMENTAÇÃO, PAVIMENTAÇÃO	Pc Pe. Vicente Valentin. (PAVIMENTAÇÃO, SISTEMA ELÉTRICO,	Pc Jose das Virgens Bonfim. (ADM	Pc Jose das Virgens Bonfim. (PAVIMENTAÇÃO, SISTEMA ELÉTRICO,	Pc Jose das Virgens Bonfim. (PAVIMENTAÇÃO, SISTEMA ELÉTRICO,
TOTAL FINANC. POR FRENTE (R\$):	130.087,13	90.941,48	116.484,36	61.495,21	47.689,56	51.755,22
(SISTEMA ELÉTRICO)					1,00	
(SISTEMA ELÉTRICO)					1,00	
(SISTEMA ELÉTRICO)					120,00	120,00
(SISTEMA ELÉTRICO)					1,00	
(SISTEMA ELÉTRICO)					1,00	
(SISTEMA ELÉTRICO)					1,00	
(SISTEMA ELÉTRICO)					4,00	
(SISTEMA ELÉTRICO)					5,00	
(SISTEMA ELÉTRICO)					40,00	40,00
(SISTEMA ELÉTRICO)					14,00	
(SISTEMA ELÉTRICO)					3,00	
(PAISAGISMO)						21,41
(PAISAGISMO)						30,69
(PAISAGISMO)						2,00
(PARQUE DE MADEIRA)						1,00
(PARQUE DE MADEIRA)						3,00
(PARQUE DE MADEIRA)						1,00
(DIVERSOS)						54,21
(DIVERSOS)						137,65
(DIVERSOS)						1,00
(DIVERSOS)						1,00
(DIVERSOS)						2,00
(administração local)	80,00	80,00	80,00	80,00	80,00	80,00
(administração local)	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00



PLQ - PLANILHA DE LEVANTAMENTO DE QUANTIDADES  
Memória de Cálculo - OGU

APELIDO DO EMPREENDIMENTO	Nº TransfereGOV	Nº OPERAÇÃO	PROPONENTE / TOMADOR	Nº OPERAÇÃO	PROPONENTE / TOMADOR
Construção de Praças Públicas	991049	1107633 - 60	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA	1107633 - 60	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Memória de Cálculo
Construção de Praças Públicas na sede do município de Paripiranga/BA				

FRENTES DE OBRA:	Pc Pe. Vicente Valentin. (ADMINISTRAÇÃO, PRELIMINAR	Pc Pe. Vicente Valentin. (MOVIMENTAÇÃO, PAVIMENTAÇÃO	Pc Pe. Vicente Valentin. (PAVIMENTAÇÃO, SISTEMA ELÉTRICO,	Pc Jose das Virgens Bomfim. (ADM	Pc Jose das Virgens Bomfim. (PAVIMENTAÇÃO, SISTEMA	Pc Jose das Virgens Bomfim. (PAVIMENTAÇÃO, SISTEMA
	1	2	3	4	5	6
Agrupador de Eventos	130.087,13	90.941,48	116.484,36	61.495,21	47.689,56	51.755,22
TOTAL FINANC. POR FRETE (R\$):						

PARIPIRANGA/BA  
Local  
  
quarta-feira, 4 de fevereiro de 2026  
Data

Responsável Técnico  
Nome: Maria Andreza Santana Almeida  
CREA/CAU: 3000168250  
ART/VRT: BA20261365314

Responsável Técnico  
Nome: Maria Andreza Santana Almeida  
CREA/CAU: 3000168250  
ART/VRT: BA20261365314



**Anotação de Responsabilidade Técnica - ART**  
**Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977**

**CREA-BA**

**ART OBRA / SERVIÇO**  
**Nº BA20261365314**

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia**

INICIAL

**1. Responsável Técnico**

**MARIA ANDREZA SANTANA ALMEIDA**

Título profissional: **ENGENHEIRA CIVIL**

RNP: **0522916570**

Registro: **3000168250BA**

**2. Dados do Contrato**

Contratante: **MUNICÍPIO DE PARIPIRANGA**

**PRAÇA MUNICIPAL**

Complemento: **EDIFÍCIO**

Cidade: **PARIPIRANGA**

Bairro: **CENTRO**

UF: **BA**

CPF/CNPJ: **14.215.826/0001-82**

Nº: **315**

CEP: **48430000**

ART Vinculada: **BA20251071211**

Contrato: **Não especificado**

Celebrado em:

Valor: **R\$ 0,00**

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

Ação Institucional: **NENHUMA - NAO OPTANTE**

**3. Dados da Obra/Serviço**

**RUA RUA PADRE VICENTE VALENTIM**

Nº: **S/N**

Complemento: **PRAÇA**

Bairro: **CENTRO**

Cidade: **PARIPIRANGA**

UF: **BA**

CEP: **48430000**

Data de Início: **03/02/2026**

Previsão de término: **10/02/2027**

Coordenadas Geográficas: **-10.686022, -37.862968**

Finalidade: **Infraestrutura**

Código: **Não Especificado**

Proprietário: **MUNICÍPIO DE PARIPIRANGA**

CPF/CNPJ: **14.215.826/0001-82**

**4. Atividade Técnica**

	Quantidade	Unidade
14 - Elaboração		
80 - Projeto > TOPOGRAFIA > LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS BÁSICOS > DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO > #TOS_33.1.1.3 - PLANIALTIMÉTRICO	441,29	m2
80 - Projeto > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE ACESSIBILIDADE DE EDIFICAÇÃO > #TOS_1.1.3.4 - PARA FINS DIVERSOS	441,29	m2
80 - Projeto > TRANSPORTES > SINALIZAÇÃO > DE SINALIZAÇÃO > #TOS_4.9.1.1 - URBANA	441,29	m2
80 - Projeto > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE EDIFICAÇÃO > #TOS_1.1.1.4 - EM MATERIAIS MISTOS	441,29	m2
35 - Elaboração de orçamento > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE EDIFICAÇÃO > #TOS_1.1.1.4 - EM MATERIAIS MISTOS	441,29	m2
35 - Elaboração de orçamento > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE ACESSIBILIDADE DE EDIFICAÇÃO > #TOS_1.1.3.4 - PARA FINS DIVERSOS	441,29	m2
35 - Elaboração de orçamento > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > DE PAVIMENTAÇÃO > #TOS_4.2.1.6 - EM PISO INTERTRAVADO (PAVER)	441,29	m2
35 - Elaboração de orçamento > TRANSPORTES > SINALIZAÇÃO > DE SINALIZAÇÃO > #TOS_4.9.1.1 - URBANA	441,29	m2
35 - Elaboração de orçamento > ESTRUTURAS > FUNDAÇÕES > DE FUNDAÇÕES SUPERFICIAIS > #TOS_2.9.1.4 - EM RADIER	441,29	m2
42 - Estudo de viabilidade ambiental > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE EDIFICAÇÃO > #TOS_1.1.1.4 - EM MATERIAIS MISTOS	441,29	m2
42 - Estudo de viabilidade ambiental > MEIO AMBIENTE > GESTÃO AMBIENTAL > #TOS_7.6.2 - DE VIABILIDADE AMBIENTAL	441,29	m2

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

**5. Observações**

construção das praças: Padre vicente valentim e praça José das Virgens Bonfim Neto, ambas serão construídas na sede do município de Paripiranga/BA, com área total de 303,64 e 137,65 m² respectivamente.

**6. Declarações**

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

**7. Entidade de Classe**

NENHUMA DAS ENTIDADES

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <http://crea-ba.sitac.com.br/publico/>, com a chave: bYAxz  
 Impresso em: 05/02/2026 às 14:49:27 por: , ip: 177.87.215.198





**Anotação de Responsabilidade Técnica - ART**  
**Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977**

**CREA-BA**

**ART OBRA / SERVIÇO**  
**Nº BA20261365314**

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia**



Documento assinado digitalmente

MARIA ANDREZA SANTANA ALMEIDA

Data: 10/02/2026 10:26:12-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**8. Assinaturas**

Declaro serem verdadeiras as informações acima

MARIA ANDREZA SANTANA ALMEIDA - CPF: 062.602.465-01

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
 Local data

MUNICÍPIO DE PARIPIRANGA - CNPJ: 14.215.826/0001-82

**9. Informações**

A autenticação desta ART pode ser verificada em <https://crea-ba.sitac.com.br/publico/>

**10. Valor**

Valor da ART: **R\$ 108,39** Registrada em: **05/02/2026** Valor pago: **R\$ 108,39** Nosso Número: **61615461**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <http://crea-ba.sitac.com.br/publico/>, com a chave: bYAxz  
 Impresso em: 05/02/2026 às 14:49:27 por: , ip: 177.87.215.198

[www.creaba.org.br](http://www.creaba.org.br)  
 Tel: (71) 3453-8990

[creaba@creaba.org.br](mailto:creaba@creaba.org.br)  
 Fax: (71) 3453-8989



**CREA-BA**  
 Conselho Regional de Engenharia  
 e Agronomia da Bahia





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Paripiranga/BA, 05 de fevereiro de  
2026

## **APRESENTAÇÃO**

O presente memorial descritivo refere-se a construção da Praça José das Virgens Bonfim Neto.

Praça José das Virgens Bonfim Neto, localizada na Rua José das Virgens Bonfim Neto, bairro Matoso, na sede do município de Paripiranga/Ba. Obra financiada pelo contrato de repasse número 991049/2025. Esse memorial tem como objetivo descrever os elementos construtivos e de acabamento para a construção, de forma a complementar as especificações dos projetos arquitetônicos e memorial de cálculo disponibilizados para a obra.

Fazem parte deste processo, as pranchas de detalhamento, onde nestas estão descritas todas as alterações que deverão ser executadas na praça. Buscou-se, de forma criteriosa, conciliar todas as peças que compõem esse processo.

Em qualquer divergência encontrada entre os elementos do projeto, deverá ser obedecido o seguinte critério:

- a) Nas divergências entre desenhos de escalas diferentes, prevalecerão os de maior escala;
- b) Nas divergências entre detalhes e plantas gerais, prevalecerão os detalhes;
- c) Nas divergências entre especificações e plantas, prevalecerão as especificações;
- d) Nas divergências entre planilha e especificações, prevalecerão a planilha.

Toda e qualquer modificação, sempre visando melhorias, introduzida no projeto, detalhes, especificações inclusive acréscimos, somente serão admitidos com a prévia autorização escrita do responsável pela fiscalização, assim como todo acompanhamento dos trabalhos no decorrer da obra.

Poderá a FISCALIZAÇÃO DA OBRA paralisar os serviços ou mesmo mandar refazê-los, quando os mesmos não se apresentarem de acordo com as especificações, detalhes, normas ou convenções de boa técnica. Nos projetos apresentados, entre as medidas tomadas em escala e medidas determinadas por cotas ou indicações, prevalecerão sempre as tomadas por cotas, devendo estas serem conferidas em obra e quando divergentes serem aprovadas pela fiscalização da obra.

Exigir-se-á emprego de mão de obra de primeira qualidade, na execução de todos os

serviços especificados.

Contudo, caso eventualmente ocorra alguma divergência, as dúvidas deverão ser esclarecidas junto ao Departamento de Planejamento e Obras da Prefeitura. A planilha orçamentária complementa este memorial descritivo.

## **II. DISPOSIÇÕES GERAIS**

02.01. - Todos os materiais empregados na obra deverão ser de primeira qualidade, primeiro uso e se enquadrarem rigorosamente nas Normas Brasileiras.

02.02. - Ficará a critério da Fiscalização impugnar qualquer serviço executado que não satisfaça as condições contratuais.

02.03. - O empreiteiro obriga-se a demolir e refazer todos os trabalhos rejeitados pela fiscalização, ficando por sua conta todas as despesas decorrentes das referidas demolições e reconstruções.

02.04. - A mão-de-obra a empregar-se será de primeira qualidade e de acabamento esmerado.

02.05. – Ficará a cargo do empreiteiro o fornecimento e a fiscalização da obrigatoriedade do uso dos E.P.I. e E.P.C. em cumprimento à Lei 6.514 de 22/12/77 e das normas regulamentadoras aprovadas pela Portaria 3.214 de 08/06/78, inclusas na C.L.T., ficando a PREFEITURA com a faculdade de embargar a obra pelo descumprimento da obrigatoriedade de uso.

02.06. – A Prefeitura do Município de Paripiranga fornecerá o projeto básico arquitetônico.

## **III - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os serviços a serem realizados, constarão do seguinte:

Será realizada a execução de uma praça nova com área quadrada de 137,65 metros quadrados, contendo: instalação de pisos novos na praça, pisos esses que serão: piso intertravado, assentamento da guia (meio fio), inserção de rampa de acessibilidade onde se achar de melhor acesso, criação de um espaço destinado a equipamentos do playground e canteiros com grama sintética para esse espaço de playground, inserção de bancos de concretos e lixeiras, remodelação do paisagismo dos canteiros e das espécies vegetais existentes, havendo a inserção de novas espécies, instalação nova de iluminação, pintura do meio fio e limpeza.

## **IV – EXECUÇÃO DA OBRA**

### *04.01 – Serviços Preliminares*

Os serviços serão iniciados com a inserção da placa referente à obra, posteriormente será executado o serviço de remoção de todo o canteiro existente. Em seguida será feita a limpeza e o fechamento da área com telhas metálicas.

A limpeza e o nivelamento do canteiro podem ser executados manual ou mecanicamente, observando que qualquer dano a qualquer elemento das áreas revitalizadas, deverão ser de responsabilidade da construtora, onde a mesma compromete-se a repor considerando o mesmo modelo e material.

Todo o entulho gerado com a remoção dos materiais deverá ser transportado e descartado em local apropriado.

#### *04.02 – Guias e piso*

As guias utilizadas serão de concreto, nas seguintes dimensões: (100x30x13cm) circundando os canteiros das praças.

O piso que pavimenta a praça será em piso intertravado com bloco retangular 20x10.

#### *04.03- Iluminação*

Toda a parte elétrica será executada nova.

As lâmpadas e os postes serão instalados conforme designado na planilha, a cor da iluminação deverá ser definida pela fiscalização. Os postes deverão receber pintura, com uma demão de tinta com propriedades primer de acabamento com alto teor de zarcão. Para receber a pintura os postes deverão estar limpos, sem poeira. Todas as instalações deverão atender as exigências das Normas Brasileiras em vigor, devendo ser entregues em perfeito funcionamento.

#### *04.05 - Paisagismo*

O paisagismo foi pensado de modo a complementar o espaço.

A praça conta com espécies de médio porte. Será realizado a retirada dessas espécies existentes e nova espécie Planta - Pau Brasil (*Cesalpinia echinata* Lam), com h=3,00m de altura será plantada com aplicação de adubo.

#### *04.06- Playground*

No espaço destinado ao Playground será implementado três tipos de brinquedos para uso para as crianças. Uma gangorra, 01 balanço triplo e um escorrega.

Todo entulho e restos da obra civil deverão ser eliminados das áreas de plantio. Tanto o mato quanto, as ervas daninhas (incluindo suas raízes) deverão ser eliminados, a terra existente deverá ser removida em toda área do plantio, eliminando os torrões. O solo superficial existente na abertura das covas para o plantio, deverão ser removidos e substituídos por terra de boa qualidade, própria para o plantio e isenta de praga e ervas daninhas; deverá ser adicionada a terra, adubo orgânico. As mudas deverão ser colocadas nas covas na posição vertical (raízes para baixo e copa/folhagem para cima) de tal modo que as raízes fiquem livres e que a base da muda esteja no nível desejado. Todo o entulho gerado deverá ser removido e descartado em local apropriado.

#### **4.06 - LIMPEZA DA OBRA**

##### **04.06.01 – Limpeza periódica**

A obra deverá ser limpa periodicamente enquanto os trabalhos estão sendo executados, para evitar acidentes de trabalho e perdas de material.

#### 04.06.02 – Limpeza final

Para entrega dos trabalhos, inclui a remoção do entulho, material não aproveitável e/ou de propriedade da contratada, limpeza dos canteiros e das pavimentações externas. Após a conclusão dos serviços, a obra deverá ser totalmente limpa. O fornecimento de mão de obra e equipamentos necessários para execução dos trabalhos, de forma tal a se efetivar a entrega final da obra devidamente limpa e desobstruída de todo e qualquer material estranho, é de inteira responsabilidade da empresa contratada.

### **V. OBSERVAÇÕES**

A responsabilidade do empreiteiro é integral para a obra contratada nos termos do Código Civil Brasileiro. A presença da fiscalização não implica na diminuição da referida responsabilidade da empreiteira.

É de inteira responsabilidade do empreiteiro, a reconstituição de quaisquer danos e avarias causadas a serviços realizados, motivados pela construção inclusive aos de viação e urbanização.

A empreiteira deverá verificar "in loco" para tomar as precauções e cuidados necessários no sentido de garantir inteiramente a estabilidade das estruturas, elevações, equipamentos mobiliários, canalizações e redes que possam ser atingidas, pavimentação das áreas adjacentes e outras propriedades de terceiros, e ainda, a segurança dos operários e transeuntes, durante a execução de todas as etapas da obra, pois qualquer dano, avaria, trincadura, etc., causados a serviços ali existentes serão de inteira e única responsabilidade da empreiteira, correndo por sua conta as despesas efetuadas na reconstituição e indenização de quaisquer serviços ou edificações.

Deve também manter serviço ininterrupto de vigilância da obra até sua entrega definitiva, responsabilizando-se por quaisquer danos decorrentes da execução da mesma, bem como pelo roubo ou furto de materiais e equipamentos depositados no canteiro de obras.

Serão fornecidos pela empresa executora todos os equipamentos e ferramentas adequadas de modo a garantir o bom desempenho e execução da obra. Caberá ao construtor manter o canteiro de serviços permanentemente organizado e limpo. É de sua responsabilidade manter atualizados no canteiro de obras, cópia dos Alvarás, Certidões e Licenças, evitando interrupções por embargo, assim como ter um jogo completo e atualizado dos projetos, especificações, orçamentos, cronogramas e demais elementos que interessam aos serviços.

É de inteira responsabilidade da empreiteira, a apresentação ao fiscal da obra, de todo e qualquer material a ser utilizado na mesma, antes de sua aplicação, para análise e aprovação pela fiscalização.

A empreiteira sob pretexto algum, poderá argumentar desconhecimento do local onde irá implantar a referida obra.

Deverá obrigatoriamente a empreiteira ter no local da obra um profissional (Engenheiro) legalmente habilitado no CREA, como responsável geral da obra, auxiliado por encarregado geral.

Todo e qualquer serviço mencionado em qualquer documento que venha a integrar o

Contrato e que não tenha sido fornecido será executado obrigatoriamente sob a responsabilidade do empreiteiro, inclusive detalhes construtivos e outros que não estiverem incluídos nesta especificação e que sejam necessários ao bom andamento da obra.

Caberá a empreiteira verificar e conferir todos os documentos e instruções que lhe forem fornecidos, comunicando ao fiscal, qualquer irregularidade, incorreção ou discrepância encontrada, que desaconselhe ou impeça a sua execução. A não observância destes dispositivos transferirá à empreiteira todas as responsabilidades pelo funcionamento ou instabilidade dos elementos defeituosos.

No caso dos trabalhos não estarem sendo conduzidos perfeitamente de acordo com os detalhes, desenhos, especificações, instruções fornecidas pela FISCALIZAÇÃO ou de modo geral com as regras da arte de construir. Poderá a fiscalização além das sanções previstas neste instrumento ou na legislação que rege a matéria determinar a paralisação total ou parcial dos trabalhos defeituosos, bem como a demolição dos mesmos que será realizada pela empreiteira. Do mesmo modo, deverão ser removidos da área da obra, os materiais dessas demolições e aquelas que não atenderem aos padrões de aceitação estabelecidos.

**MARIA ANDREZA SANTANA ALMEIDA**  
Engenheira Civil CREA-BA 3000168250  
Paripiranga-BA



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Paripiranga/BA, 05 de fevereiro de  
2026

## **APRESENTAÇÃO**

O presente memorial descritivo refere-se a construção da praça: Padre Vicente Valentim, localizada na Rua Padre Vicente Valentim, no bairro Centro, na sede do município de Paripiranga/Ba. Obra financiada pelo contrato de repasse número 991049/2025. Esse memorial tem como objetivo descrever os elementos construtivos e de acabamento para a construção, de forma a complementar as especificações dos projetos arquitetônicos e memorial de cálculo disponibilizados para a obra.

Fazem parte deste processo, as pranchas de detalhamento, onde nestas estão descritas todas as alterações que deverão ser executadas nas praças. Buscou-se, de forma criteriosa, conciliar todas as peças que compõem esse processo.

Em qualquer divergência encontrada entre os elementos do projeto, deverá ser obedecido o seguinte critério:

- a) Nas divergências entre desenhos de escalas diferentes, prevalecerão os de maior escala;
- b) Nas divergências entre detalhes e plantas gerais, prevalecerão os detalhes;
- c) Nas divergências entre especificações e plantas, prevalecerão as especificações;
- d) Nas divergências entre planilha e especificações, prevalecerão a planilha.

Toda e qualquer modificação, sempre visando melhorias, introduzida no projeto, detalhes, especificações inclusive acréscimos, somente serão admitidos com a prévia autorização escrita do responsável pela fiscalização, assim como todo acompanhamento dos trabalhos no decorrer da obra.

Poderá a FISCALIZAÇÃO DA OBRA paralisar os serviços ou mesmo mandar refazê-los, quando os mesmos não se apresentarem de acordo com as especificações, detalhes, normas ou convenções de boa técnica. Nos projetos apresentados, entre as medidas tomadas em escala e medidas determinadas por cotas ou indicações, prevalecerão sempre as tomadas por cotas, devendo estas serem conferidas em obra e quando divergentes serem aprovadas pela fiscalização da obra.

Exigir-se-á emprego de mão de obra de primeira qualidade, na execução de todos os serviços especificados.

Contudo, caso eventualmente ocorra alguma divergência, as dúvidas deverão ser

esclarecidas junto ao Departamento de Planejamento e Obras da Prefeitura. A planilha orçamentária complementa este memorial descritivo.

## **II. DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 02.01. - Todos os materiais empregados na obra deverão ser de primeira qualidade, primeiro uso e se enquadrarem rigorosamente nas Normas Brasileiras.
- 02.02. - Ficará a critério da Fiscalização impugnar qualquer serviço executado que não satisfaça as condições contratuais.
- 02.03. - O empreiteiro obriga-se a demolir e refazer todos os trabalhos rejeitados pela fiscalização, ficando por sua conta todas as despesas decorrentes das referidas demolições e reconstruções.
- 02.04. - A mão-de-obra a empregar-se será de primeira qualidade e de acabamento esmerado.
- 02.05. – Ficará a cargo do empreiteiro o fornecimento e a fiscalização da obrigatoriedade do uso dos E.P.I. e E.P.C. em cumprimento à Lei 6.514 de 22/12/77 e das normas regulamentadoras aprovadas pela Portaria 3.214 de 08/06/78, inclusas na C.L.T., ficando a PREFEITURA com a faculdade de embargar a obra pelo descumprimento da obrigatoriedade de uso.
- 02.06. – A Prefeitura do Município de Paripiranga fornecerá o projeto básico arquitetônico.

## **III - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

A praça conta com 303,64 metros quadrados e os serviços a serem realizados serão: Demolição do canteiro, bem como: alvenaria, revestimento e plantas, remoção do entulho. Será realizada a execução de uma praça nova contendo: instalação de pisos novos na praça, pisos esses que serão: piso intertravado, assentamento da guia (meio fio) e dos canteiros, inserção de rampa de acessibilidade onde se achar de melhor acesso, criação de canteiros com grama sintética, inserção de bancos de concretos e lixeiras, remodelação do paisagismo dos canteiros e das espécies vegetais existentes, havendo a inserção de novas espécies, instalação nova de iluminação, pintura do meio fio e limpeza.

## **IV – EXECUÇÃO DA OBRA**

### ***04.01 – Serviços Preliminares***

Os serviços serão iniciados com a inserção da placa referente à obra, posteriormente será executado o serviço de remoção de todo o canteiro existente. Em seguida será feita a limpeza demolição e o fechamento da área com telhas metálicas.

A limpeza e o nivelamento do canteiro podem ser executados manual ou mecanicamente, observando que qualquer dano a qualquer elemento das áreas revitalizadas, deverão ser de responsabilidade da construtora, onde a mesma compromete-se a repor considerando o mesmo modelo e material.

Todo o entulho gerado com a remoção dos materiais deverá ser transportado e descartado em local apropriado.

#### *04.02 – Guias e piso*

As guias utilizadas serão de concreto, nas seguintes dimensões: (100x30x13cm) circundando os canteiros das praças.

O piso que pavimenta a praça será em piso intertravado com bloco retangular 20x10.

#### *04.03- Iluminação*

Toda a parte elétrica será executada nova.

As lâmpadas e os postes serão instalados conforme designado na planilha, a cor da iluminação deverá ser definida pela fiscalização. Os postes deverão receber pintura, com uma demão de tinta com propriedades primer de acabamento com alto teor de zarcão. Para receber a pintura os postes deverão estar limpos, sem poeira. Todas as instalações deverão atender as exigências das Normas Brasileiras em vigor, devendo ser entregues em perfeito funcionamento.

#### *04.05 - Paisagismo*

O paisagismo foi pensado de modo a complementar o espaço.

A praça conta com espécies de médio porte. Será realizado a retirada dessas espécies existentes e nova espécie Planta - Pau Brasil (*Cesalpinia echinata* Lam), com h=3,00m de altura será plantada com aplicação de adubo.

Todo entulho e restos da obra civil deverão ser eliminados das áreas de plantio. Tanto o mato quanto, as ervas daninhas (incluindo suas raízes) deverão ser eliminados, a terra existente deverá ser removida em toda área do plantio, eliminando os torrões. O solo superficial existente na abertura das covas para o plantio, deverão ser removidos e substituídos por terra de boa qualidade, própria para o plantio e isenta de praga e ervas daninhas; deverá ser adicionada a terra, adubo orgânico. As mudas deverão ser colocadas nas covas na posição vertical (raízes para baixo e copa/folhagem para cima) de tal modo que as raízes fiquem livres e que a base da muda esteja no nível desejado. Todo o entulho gerado deverá ser removido e descartado em local apropriado.

#### **4.06 - LIMPEZA DA OBRA**

##### **04.06.01 – Limpeza periódica**

A obra deverá ser limpa periodicamente enquanto os trabalhos estão sendo executados, para evitar acidentes de trabalho e perdas de material.

##### **04.06.02 – Limpeza final**

Para entrega dos trabalhos, inclui a remoção do entulho, material não aproveitável e/ou de propriedade da contratada, limpeza dos canteiros e das pavimentações externas. Após a conclusão dos serviços, a obra deverá ser totalmente limpa. O fornecimento de mão de obra e equipamentos necessários para execução dos trabalhos, de forma tal a se efetivar a entrega final da obra devidamente limpa e desobstruída de todo e qualquer material estranho, é de inteira responsabilidade da empresa contratada.

## **V. OBSERVAÇÕES**

A responsabilidade do empreiteiro é integral para a obra contratada nos termos do Código Civil Brasileiro. A presença da fiscalização não implica na diminuição da referida responsabilidade da empreiteira.

É de inteira responsabilidade do empreiteiro, a reconstituição de quaisquer danos e avarias causadas a serviços realizados, motivados pela construção inclusive aos de viação e urbanização.

A empreiteira deverá verificar "in loco" para tomar as precauções e cuidados necessários no sentido de garantir inteiramente a estabilidade das estruturas, elevações, equipamentos mobiliários, canalizações e redes que possam ser atingidas, pavimentação das áreas adjacentes e outras propriedades de terceiros, e ainda, a segurança dos operários e transeuntes, durante a execução de todas as etapas da obra, pois qualquer dano, avaria, trincadura, etc., causados a serviços ali existentes serão de inteira e única responsabilidade da empreiteira, correndo por sua conta as despesas efetuadas na reconstituição e indenização de quaisquer serviços ou edificações.

Deve também manter serviço ininterrupto de vigilância da obra até sua entrega definitiva, responsabilizando-se por quaisquer danos decorrentes da execução da mesma, bem como pelo roubo ou furto de materiais e equipamentos depositados no canteiro de obras.

Serão fornecidos pela empresa executora todos os equipamentos e ferramentas adequadas de modo a garantir o bom desempenho e execução da obra. Caberá ao construtor manter o canteiro de serviços permanentemente organizado e limpo. É de sua responsabilidade manter atualizados no canteiro de obras, cópia dos Alvarás, Certidões e Licenças, evitando interrupções por embargo, assim como ter um jogo completo e atualizado dos projetos, especificações, orçamentos, cronogramas e demais elementos que interessam aos serviços.

É de inteira responsabilidade da empreiteira, a apresentação ao fiscal da obra, de todo e qualquer material a ser utilizado na mesma, antes de sua aplicação, para análise e aprovação pela fiscalização.

A empreiteira sob pretexto algum, poderá argumentar desconhecimento do local onde irá implantar a referida obra.

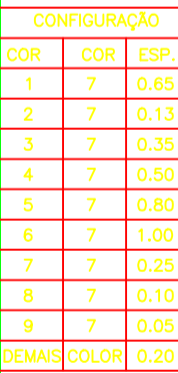
Deverá obrigatoriamente a empreiteira ter no local da obra um profissional (Engenheiro) legalmente habilitado no CREA da 21ª Região, como responsável geral da obra, auxiliado por encarregado geral.

Todo e qualquer serviço mencionado em qualquer documento que venha a integrar o Contrato e que não tenha sido fornecido será executado obrigatoriamente sob a responsabilidade do empreiteiro, inclusive detalhes construtivos e outros que não estiverem incluídos nesta especificação e que sejam necessários ao bom andamento da obra.

Caberá a empreiteira verificar e conferir todos os documentos e instruções que lhe forem fornecidos, comunicando ao fiscal, qualquer irregularidade, incorreção ou discrepância encontrada, que desaconselhe ou impeça a sua execução. A não observância destes dispositivos transferirá à empreiteira todas as responsabilidades pelo funcionamento ou instabilidade dos elementos defeituosos.

No caso dos trabalhos não estarem sendo conduzidos perfeitamente de acordo com os detalhes, desenhos, especificações, instruções fornecidas pela FISCALIZAÇÃO ou de modo geral com as regras da arte de construir. Poderá a fiscalização além das sanções previstas neste instrumento ou na legislação que rege a matéria determinar a paralisação total ou parcial dos trabalhos defeituosos, bem como a demolição dos mesmos que será realizada pela empreiteira. Do mesmo modo, deverão ser removidos da área da obra, os materiais dessas demolições e aquelas que não atenderem aos padrões de aceitação estabelecidos.

**MARIA ANDREZA SANTANA ALMEIDA**  
Engenheira Civil CREA-BA 3000168250  
Paripiranga-BA



ÁREA GERAL	152,00 m²
ÁREA PISO	109,35 m²
ÁREA PERMEÁVEL	30,59 m²

**APROVADO**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA  
DIRETORIA MUNICIPAL DE OBRAS  
14.215.826/0001-82  
Praça Municipal, 315  
Centro CEP 48.430-000  
PARIPIRANGA/BA  
DATA: XX/XX/20XX

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA

RESP. TÉCNICO : MARIA ANDREZA S ALMEIDA CREA/BA 3000168250

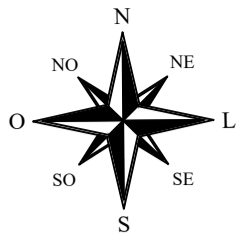


gov.br Documento assinado digitalmente  
MARIA ANDREZA SANTANA ALMEIDA  
Data: 10/02/2026 10:26:13-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

# PROJETO ARQUITETÔNICO

OBRA		ENDERECO		PRANCHA Nº
PROJETO ARQUITETONICO		PRAÇA JOSÉ DAS VIRGENS BOMFIM NETO		
PLANTA				01/01
PLANTA BAIXA				
DESENHO	ESCALA(S)	DATA		
ALISSON C. P. DE SANTANA	DESCRITAS NOS PROJETOS	FEVEREIRO/2025		

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA – BAHIA – CNPJ: 14.215.826/0001-82  
Praça Municipal, 315 – Centro – CEP 48.430-000 – Tel.: (75) 3279-2118  
Email: [diretoriadeobrasparipiranga@outlook.com](mailto:diretoriadeobrasparipiranga@outlook.com)/[contratoseconveniosparipiranga@gmail.com](mailto:contratoseconveniosparipiranga@gmail.com)



LEGENDA

Praça José das Virgens Bonfim Neto

COORDENADA

E 623661.00 m

S 8819975.00 m

CONFIGURAÇÃO	
COR	ESP.
	0.65
	0.13
	0.35
	0.55
	0.80
	1.00
	0.25
	0.10
	0.05
COLOR	0.20

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA  
PREFEITO TALISSON SANTA ROSA NASCIMENTO  
DEPARTAMENTO DE OBRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA

RESP. TÉCNICO :MARIA ANDREZA S ALMEIDA CREA 3000168250

Documento assinado digitalmente

**MARIA ANDREZA SANTANA ALMEIDA**

Data: 10/02/2025 10:26:13 -0300

Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

APROVADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA

DIRETORIA MUNICIPAL DE OBRAS

14.215.620/0001-67

Praga Municipal, 315

Centro, CEP 48.430-000

PARIPIRANGA/BA

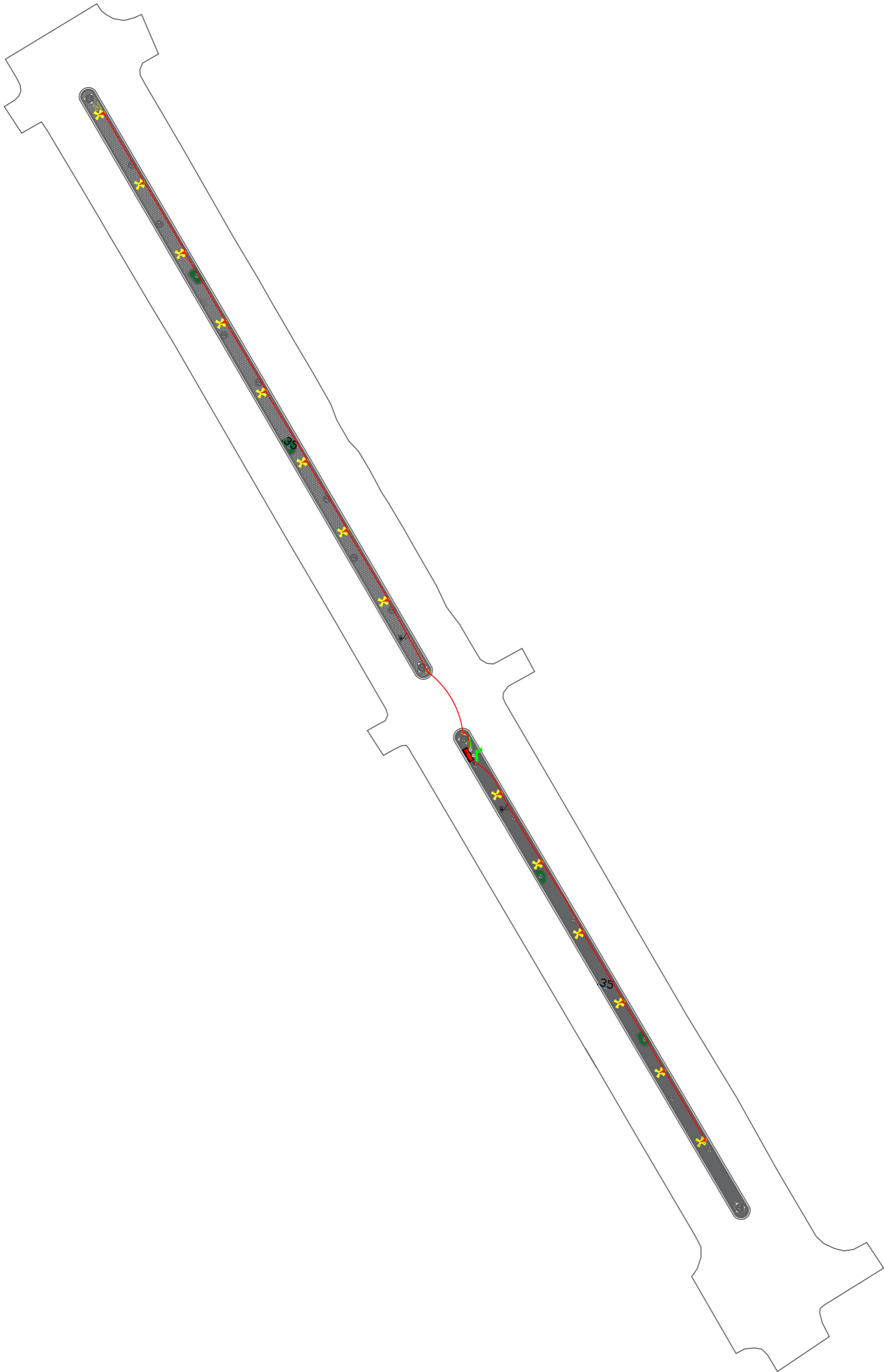
DATA: 11/11/2025

LEVANTAMENTO PLANIALTIMETRICO

OBRA		ENDEREÇO	
LEVANTAMENTO PLANIALTIMETRICO		PARIPIRANGA/BA	
PLANTA			PRANCHA Nº
PLANTA DE LOCALIZAÇÃO			
DESENHO	ESCALA(S)	DATA	03/03
ALISSON C. P. DE SANTANA	S/E	NOVEMBRO/2025	

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA – BAHIA – CNPJ: 14.215.626/0001-82  
Praça Municipal, 315 – Centro – CEP 48.430-000 – Tel.: (75) 3279-2118  
Email: [diretoriadeobrasparipiranga@outlook.com](mailto:diretoriadeobrasparipiranga@outlook.com)/[contratoseconveniosparipiranga@gmail.com](mailto:contratoseconveniosparipiranga@gmail.com)

CONFIGURAÇÃO		
COR	COR	ESP.
1	7	0.65
2	7	0.13
3	7	0.35
4	7	0.50
5	7	0.80
6	7	1.00
7	7	0.25
8	7	0.10
9	7	0.05
DEMAIS	COLOR	0.20



APROVADO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA  
DIRETORIA MUNICIPAL DE OBRAS  
14.215.826/0001-82  
Praça Municipal, 315  
Centro CEP 48.430-000  
PARIPIRANGA/BA  
DATA: XX/XX/20XX

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA

RESP. TÉCNICO: MARIA ANDREZA SANTANA ALMEIDA ENG. CIVIL CREA/BA 3000168250

Documento assinado digitalmente  
**MARIA ANDREZA SANTANA ALMEIDA**  
Data: 10/02/2026 10:26:13-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

© 1997-2025 B3 - Brasília, DF 70190-000 B3 - PMP Brasil - Engenharia & Planejamento

## PROJETO ARQUITETÔNICO

OBRA	ENDEREÇO
REFORMA PRAÇA PADRE VICENTE VALENTIM	RUA PADRE VICENTE VALENTIM, PARIPIRANGA, BAHIA

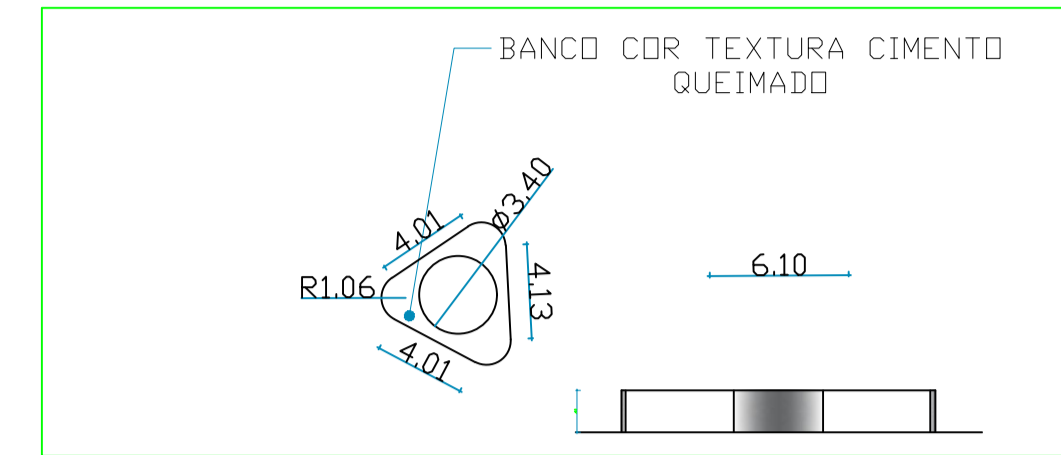
PLANTA	PRANCHAS
ELETRICA	03/03

DESENHO	ESCALA(S)	DATA
MARIA ANDREZA SANTANA ALMEIDA	1/100	JANEIRO/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA – BAHIA – CNPJ: 14.215.826/0001-82  
Praça Municipal, 315 – Centro – CEP 48.430-000 – Tel.: (75) 3279-2118  
Email: [diretoriodeobrasparipiranga@outlook.com](mailto:diretoriodeobrasparipiranga@outlook.com)/[contratoseconveniosparipiranga@gmail.com](mailto:contratoseconveniosparipiranga@gmail.com)

CONFIGURAÇÃO		
COR	COR	ESP.
1	7	0.65
2	7	0.13
3	7	0.35
4	7	0.50
5	7	0.80
6	7	1.00
7	7	0.25
8	7	0.10
9	7	0.05
DEMAIS	COLOR	0.20

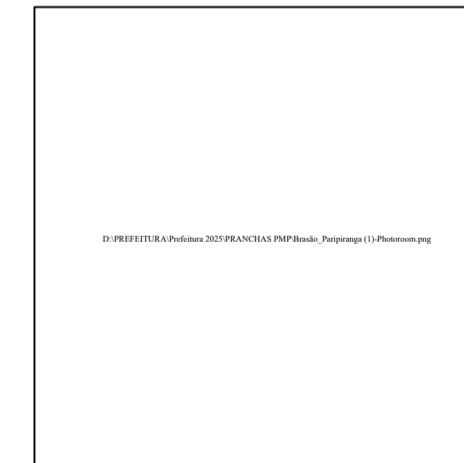
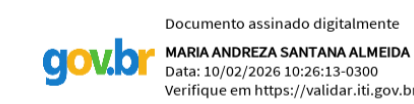
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA  
PREFEITO TALISSON SANTA ROSA NASCIMENTO  
DEPARTAMENTO DE OBRAS



**APROVADO**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA  
DIRETORIA MUNICIPAL DE OBRAS  
14.215.826/0001-82  
Praça Municipal, 315  
Centro CEP 48.430-000  
PARIPIRANGA/BA  
DATA: xx/xx/20xx

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA

RESP. TÉCNICO: MARIA ANDREZA SANTANA ALMEIDA ENG. CIVIL CREA/BA 3000168250



# PROJETO ARQUITETÔNICO

OBRA REFORMA PRAÇA PADRE VICENTE VALENTIM		ENDEREÇO RUA PADRE VICENTE VALENTIM, PARIPIRANGA, BAHIA	
PLANTA EXECUTIVA			PRANCHAS
DESENHO MARIA ANDREZA SANTANA ALMEIDA	ESCALA(S) 1/100	DATA JANEIRO/2026	02/03

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA – BAHIA – CNPJ: 14.215.826/0001–82  
Praça Municipal, 315 – Centro – CEP 48.430–000 – Tel.: (75) 3279–2118  
Email: [diretoriadeobrasparipiranga@outlook.com](mailto:diretoriadeobrasparipiranga@outlook.com)/[contratoseconveniosparipiranga@gmail.com](mailto:contratoseconveniosparipiranga@gmail.com)

CONFIGURAÇÃO		
COR	COR	ESP.
1	7	0.65
2	7	0.13
3	7	0.35
4	7	0.50
5	7	0.80
6	7	1.00
7	7	0.25
8	7	0.10
9	7	0.05
DEMAIS	COLOR	0.20

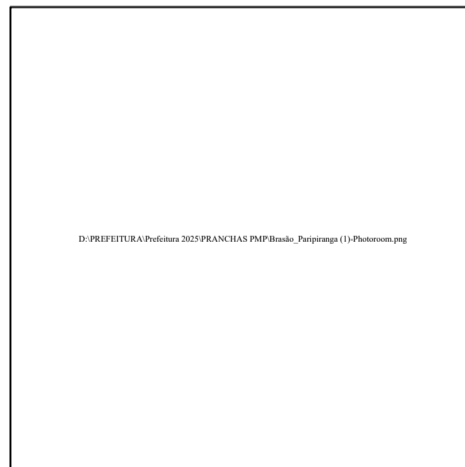
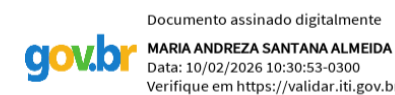
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA  
PREFEITO TALISSON SANTA ROSA NASCIMENTO  
DEPARTAMENTO DE OBRAS



**APROVADO**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA  
DIRETORIA MUNICIPAL DE OBRAS  
14.215.826/0001-82  
Praça Municipal, 315  
Centro CEP 48.430-000  
PARIPIRANGA/BA  
DATA: XX/XX/20XX

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA

RESP. TÉCNICO: MARIA ANDREZA SANTANA ALMEIDA ENG. CIVIL CREA/BA 300168250



# PROJETO ARQUITETÔNICO

<b>OBRA</b> REFORMA PRAÇA PADRE VICENTE VALENTIM		<b>ENDEREÇO</b> RUA PADRE VICENTE VALENTIM, PARIPIRANGA, BAHIA	
<b>PLANTA</b> LOCALIZAÇÃO			
<b>DESENHO</b> MARIA ANDREZA SANTANA ALMEIDA		<b>ESCALA(S)</b> 1/100	
		<b>DATA</b> JANEIRO/2026	

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA – BAHIA – CNPJ: 14.215.826/0001–82  
Praça Municipal, 315 – Centro – CEP 48.430–000 – Tel.: (75) 3279–2118  
Email: [diretoriadeobrasparipiranga@outlook.com](mailto:diretoriadeobrasparipiranga@outlook.com)/[contratoseconveniosparipiranga@gmail.com](mailto:contratoseconveniosparipiranga@gmail.com)

## A. DOCUMENTAÇÃO DA PROPOSTA

Dados do Contrato (Inicial)	
Fonte de recursos:	OGU
Proponente/Tomador:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA
Município/UF:	PARIPIRANGA/BA
Nº da Operação (0000000-00):	1107633 - 60
Nº do TransfereGOV (000000):	991049
Valor do Repasse Contratado (R\$):	486.842,00
Valor de Contrapartida Contratada (R\$):	500,00
% mínimo de Contrapartida:	0,01%
R\$ mínimo de Contrapartida (se houver):	
% máximo de Contrapartida:	

Dados do Empreendimento e Orçamento	
Nome/apelido:	Construção de Praças Públicas
Descrição do Objeto do Lote / CTEF:	Construção de Praças Públicas na sede do município de Paripiranga/BA
Regime previdenciário previsto para a obra:	NÃO DESONERADO
Data base do Orçamento:	12-2025

Responsável pelo Orçamento	
Nome:	Maria Andreza Santana Almeida
CREA/CAU:	3000168250
ART/RRT:	BA20261365314
Data do preenchimento:	04/02/2026

Responsável pelo Tomador (Prefeito, no caso de Municípios)	
Nome:	Talisson Santa Rosa Nascimento
Cargo:	Prefeito Municipal

Arredondamento das frentes:	TransfereGOV
-----------------------------	--------------

## B. RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO

Licitação	
Data de emissão dos documentos de licitação:	
Nº do CTEF (contrato com empresa):	
Nome da empresa:	
CNPJ da empresa:	
Regime de execução do CTEF:	EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
Data base do CTEF:	

## C. ACOMPANHAMENTO DO EMPREENDIMENTO

Dados da obra	
Data do Início da Obra:	
Data de fechamento do RRE:	

Responsável pela Fiscalização	
Nome:	
Profissão:	
CREA/CAU (para obras/projetos):	
ART/RRT (para obras/projetos):	